



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

YASMIM SILVA DE OLIVEIRA

**A DEFESA DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO “O
SEXO FEMININO” (1873-1889)**

Picos-PI

2023

YASMIM SILVA DE OLIVEIRA

**A DEFESA DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO “O
SEXO FEMININO” (1873-1889)**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em História, da Universidade Federal do Piauí -
UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros,
como requisito final para obtenção do grau de
Licenciado(a) em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olívia Candeia Lima Rocha

Picos-PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

O48d Oliveira, Yasmin Silva de
A defesa da emancipação da mulher nas páginas do periódico “O sexo feminino” (1873-1889) [recurso eletrônico] / Yasmin Silva de Oliveira - 2023.
56 f.

1 Arquivo em PDF
Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo-CSHNB
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Licenciatura em História, Picos, 2023.
“Orientadora : Dra. Olívia Candeia Lima Rocha ”

1. Emancipação - mulher. 2. Educação - mulher. 3. Igualdade – mulher. 4. História – mulher. I. Rocha, Olívia Candeia Lima. II. Título.

CDD 908.082

YASMIM SILVA DE OLIVEIRA

A DEFESA DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NAS PÁGINAS DO PERIÓDICO “O SEXO FEMININO” (1873-1889)

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito final para obtenção do grau de Licenciado(a) em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Olívia Candeia Lima Rocha

Aprovado em: 23 de março de 2023.

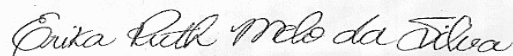
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Olívia Candeia Lima Rocha (UFPI)
Orientadora



Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (UFPI)
Examinador Interno



Profa. Mestra Erika Ruth Melo da Silva (SEMPI)
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

É uma honra ter chegado até aqui, para isso, tive a força de meus familiares e amigos, principalmente da minha mãe, Maria Oneide Silva Oliveira, e meu esposo Thiago Ferreira Machado, que foram meu alicerce, pois não me deixaram desistir nos momentos de dificuldade durante o curso, sempre me apoiaram, me ajudaram psicologicamente e também financeiramente. Gostaria de agradecer ainda à minha orientadora, a prof^a. Dr^a. Olívia Candeia Lima Rocha, que me auxiliou durante toda a escrita desta monografia, sanando minhas dúvidas sobre o trabalho, sendo essencial para a conclusão do mesmo. Por fim, agradeço ainda a Deus, pois, sem ele nada seria possível, a ele orei, chorei e pedi auxílio nos momentos que achei que não iria conseguir.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo discutir a defesa da emancipação da mulher através do periódico *O Sexo Feminino*, entre os anos de 1873 e 1889. O mesmo foi criado por uma mulher, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, no ano de início do nosso recorte temporal, 1873, na cidade de Campanha da Princesa-MG e depois transferido para o Rio de Janeiro, em 1875, onde é possível observar sua circulação até meados de 1889. As fontes hemerográficas em questão foram coletadas através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na qual figuram exemplares das mesmas em sua íntegra. O periódico trabalhado foi direcionado, em sua época, especialmente ao público feminino letrado de então e esta pesquisa tem o intuito de mostrar como este veículo tratava sobre a busca pela igualdade e emancipação da mulher, principalmente no tocante à educação. Analisando, assim, o contexto histórico da época e as temáticas presentes no periódico, que envolvem questões como: a educação, a emancipação feminina, a própria religiosidade e o casamento; problematizando, nesse sentido, as questões acerca da vida da mulher oitocentista em uma época marcadamente patriarcalista, em que a vida feminina estava direcionada essencialmente à família e ao lar. No tocante à bibliografia, a discussão contará com autores tais como: Constância Lima Duarte (2016) e Dulcília Buitoni (1986) para as questões relacionadas à Imprensa Feminina; Nelson Werneck Sodré (1999), Marialva Barbosa (2007) e José Marques de Melo (2003) para as discussões acerca da História da Imprensa no Brasil; e Mary Del Priore (2020, 2004), para as questões referentes à História das mulheres no Brasil; dentre outros que funcionam como anteparo às nossas análises no decorrer deste estudo.

Palavras-chave: Mulher. Educação. Emancipação.

ABSTRACT

The present Final Course Project aims to discuss the defense of women's emancipation through the periodical *O Sexo Feminino*, between the years 1873 and 1889. It was created by a woman, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, in the starting year of our time frame, 1873, in the city of Campanha-MG and later transferred to Rio de Janeiro in 1875, where its circulation can be observed until mid-1889. The hemerographic sources in question were collected through the Digital Newspaper Library of the National Library of Rio de Janeiro, in which complete copies of them are featured. The periodical in question was directed, at its time, especially to the educated female audience of that time, and this research aims to show how this medium dealt with the pursuit of equality and emancipation of women, particularly concerning education. Thus, analyzing the historical context of the time and the themes present in the periodical, which involve issues such as: education, women's emancipation, religiosity, and marriage; problematizing, in this sense, the questions about the life of nineteenth-century women in a markedly patriarchal era, in which women's lives were essentially directed to family and home. Regarding the bibliography, the discussion will include authors such as: Constância Lima Duarte (2016) and Dulcília Buitoni (1986) for issues related to the Feminine Press; Nelson Werneck Sodré (1999), Marialva Barbosa (2007), and José Marques de Melo (2003) for discussions about the History of the Press in Brazil; and Mary Del Priore (2020, 2004), for issues related to the History of Women in Brazil; among others that serve as a backdrop to our analyses throughout this study.

Keywords: Woman. Education. Emancipation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do primeiro exemplar do periódico <i>O Sexo Feminino</i>	30
Figura 2 - Cabeçalho de <i>O quinze de Novembro do O Sexo Feminino</i>	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. A IMPRENSA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX	15
1.1 Contexto histórico da imprensa no Brasil	16
1.2 O surgimento da imprensa feminina no Brasil	19
2. A EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX E O PERIÓDICO “O SEXO FEMININO”	26
2.1 Educação e vida da mulher oitocentista	27
2.2 A educação da mulher no periódico O Sexo Feminino	30
3. O SEXO FEMININO: EM LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES	40
3.1 A emancipação da mulher no periódico O Sexo feminino e sua transferência para o Rio de Janeiro	42
3.2 Casamento, família e religiosidade no periódico O Sexo Feminino	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
BIBLIOGRAFIA	55

INTRODUÇÃO

O periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889), foi um dos primeiros jornais brasileiros do século XIX escrito e direcionado, principalmente, as mães de família, em primazia, aquelas instruídas de classe média e alta, sendo considerado um marco importante para a imprensa feminina brasileira, que incentivou a luta pelos direitos femininos, principalmente, pelo direito à educação.

Nesse sentido, para a elaboração desta pesquisa, tomamos o jornal em questão como fonte principal, ao passo que almejamos refletir sobre a condição feminina no período oitocentista brasileiro. O mesmo foi fundado por uma mulher chamada Francisca Senhorinha da Motta Diniz, na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais. Seus exemplares foram coletados através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sendo organizados em pastas de acordo com os anos de publicação do jornal, que foram 1873, 1874, 1875 e 1889.

Suas edições eram publicadas semanalmente, por isso, é considerado um semanário ou periódico. Ao todo encontramos, através da hemeroteca digital citada, 76 edições desses anos mencionados, cabendo a ressalva da possibilidade de que algumas edições não foram encontradas, pois, provavelmente, se perderam com o decorrer do tempo. A fundadora e principal redatora do periódico, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, de acordo com Somensari (2021), nasceu na cidade de São João Del-Rei, Minas Gerais, sua data de nascimento é imprecisa, sendo difícil precisar a idade em que faleceu, no ano de 1910.

Francisca Diniz cursou magistério para instrução de nível primário, ao mudar-se para o Rio de Janeiro em 1875 atuou como professora da Escola Normal e posteriormente fundou o Collegio Santa Isabel e a Escola Doméstica em parceria com as suas filhas. Ainda sobre a vida da nossa redatora, podemos destacar que a mesma foi casada com um professor chamado Joaquim da Silva Diniz, proprietário de outro jornal de Campanha-MG, intitulado *O Monarchista*. O semanário *O Sexo Feminino*, foi lançado pela mesma em uma importante data para o Brasil, no dia 07 de setembro de 1873, sendo esta a própria data da independência do país, data esta que passa a significar também, pela fundação do periódico, como veremos ao longo deste trabalho, um passo na própria independência feminina.

Deste modo, nossa pesquisa tem o objetivo de identificar como o periódico defende a emancipação da mulher, abordando temas que discutem sobre educação feminina, a religiosidade, o casamento e a própria família, sendo estas as principais áreas que se buscava alcançar a independência. Sendo assim, atentamos para o trato de tais temáticas e o

direcionamento de uma movimentação intrínseca ao periódico, em busca da igualdade de direitos e da liberdade da mulher, para que então possamos compreender de que forma o periódico influenciou as lutas femininas no final do século XIX.

Além da principal fonte, que são os exemplares do semanário citado, utilizamos outras referências, à qual cabe o destaque para o referencial teórico de autores que abordam o periódico em questão, seja com artigos, monografias ou livros, estes nos auxiliaram na compreensão das nossas fontes e no aprofundamento das discussões que englobam o tema. Sob estes, podemos observar que sob o ponto de vista feminino, pôde-se analisar a fonte tendo como base comparações com os nossos dias atuais e autoras que nos ajudam na compreensão da imprensa feminina, tais como Dulcília Buitoni (1986), Norma Telles (2004), Constância Lima Duarte (2016), Mary Del Priore (2020), entre outras.

Ao longo do levantamento bibliográfico, pensado para a construção deste estudo, atentamos para um maior volume de produções de mulheres, que pesquisam temas relacionados à História das Mulheres, do que necessariamente de homens. Assim, ao pesquisarmos sobre o assunto, vemos que a maioria dos estudos relacionados à mulher, foram escritos também por mulheres, o que demonstra tanto um reconhecimento feminino da importância de escrever uma história que as representam, como também sugere, em certo sentido, ser um tema ainda marginalizado por uma História que se construiu em essência sob escritos masculinos. Todavia, vemos contemporaneamente, que vêm crescendo o número e o espaço legado às pesquisas relacionadas à História da Imprensa Feminina nos últimos anos, tendo êxito, atualmente, nos campos da chamada História Cultural.

Ainda em relação ao desenvolvimento deste trabalho, podemos destacar que o mesmo figura sob uma metodologia de pesquisa qualitativa, na qual foram utilizados os métodos de pesquisa documental e Análise de discurso, sendo a principal fonte documental o jornal *O Sexo Feminino* (1873-1889). De acordo com Foucault, os discursos não são conjuntos de palavras ou enunciados, mas sistemas complexos de práticas que produzem e regulam o conhecimento e o poder. Ele afirma ainda que o discurso não é apenas uma ferramenta para transmitir informações, mas também um meio através do qual o poder e o conhecimento são exercidos e contestados. Portanto, a análise de discurso é fundamental para desvendar as relações de poder subjacentes à linguagem e compreender como elas influenciam a organização social, política e cultural. (FOUCAULT, 1996)

Assim, as leituras e análises construídas sobre as fontes, serviram como base para desenvolvermos de forma clara a nossa pesquisa, analisando as obras literárias e fontes de forma crítica, elaborando reflexões a respeito dos discursos dos autores lidos, construindo

então um texto dissertativo, pensando acerca do lugar social da mulher e a emancipação da figura feminina.

Para chegar a esse tema de pesquisa, cursei a disciplina optativa chamada *História e Gênero*, que fomentou um aprofundamento do meu interesse prévio pelas História das Mulheres, interesse este, fruto do reconhecimento das lutas das mulheres ao longo dos anos. Ainda fruto da influência da disciplina, pude conhecer o site hemeroteca digital, antes citada, e ter a oportunidade de ler os trabalhos das primeiras redatoras brasileiras, que direcionaram seus jornais ao público feminino.

O periódico *O Sexo Feminino* foi um dos periódicos que mais me marcaram, pois o mesmo refere-se principalmente a luta da mulher pela sua educação e emancipação, sendo importante conhecermos a luta de nossas antepassadas, visto que diariamente, nós mulheres, ainda travamos essa batalha contra uma sociedade patriarcalista, machista, na qual até hoje as mulheres são agredidas e violadas diariamente.

Nosso interesse neste estudo, por conseguinte, é reconhecer o lugar de fala das mulheres e enaltecer a sua história, ao passo que reconhecemos que a mesma foi historicamente invisibilizada por muito tempo na sociedade. Nossas antepassadas lutaram através de seus escritos por um mundo em que as mulheres fossem mais reconhecidas, para que tivessem seus direitos legitimados, pelo acesso a uma educação formal, com disciplinas escolares iguais aquelas direcionadas ao gênero masculino, tais como história, geografia, matemática, química, física, gramática e não apenas instruções voltadas para o desenvolvimento de habilidades para o lar.

Assim, percebemos a importância que Francisca Senhorinha da Motta Diniz buscava dar ao jornal, com o intuito de trazer à tona assuntos importantes que abordavam os direitos das mulheres, em uma época em que havia pouco espaço para tais debates. A independência brasileira e o início da República também deveriam inspirar a emancipação da mulher, libertando-as do conservadorismo extremo da época.

A partir da análise do periódico *O Sexo Feminino*, podemos compreender, como se formou um dos primeiros jornais direcionados somente para a mulher e de que forma este periódico influenciou a mulher brasileira oitocentista, sendo importante para incentivar a instrução e a educação feminina nas últimas décadas do século XIX.

O jornal representa assim, uma tomada de consciência, pelo menos pela parte dessas mulheres, que começaram a perceber como a sociedade as tratava. O casamento e a instrução relacionadas ao lar eram mais importantes do que a educação letrada, excluindo-as em vários aspectos sociais e também em sua formação acadêmica. Porém, como forma de resistência,

incentivadas pelas transformações e revoluções da época, muitas mulheres começaram a frequentar escolas e algumas puderam iniciar suas escritas a partir da imprensa local, como no caso de Francisca Senhorinha e outras escritoras da época.

Tendo em vista o lugar social das autoras do periódico, que foram especialmente mulheres brancas, de classe média/alta e instruídas, da segunda metade do século XIX, percebemos que as mulheres pobres, negras e de classe baixa não tinham participação e não costumavam ser assinantes do jornal, o que hoje é criticado pelos próprios intelectuais que se voltam a tais estudos. Porém, devemos reconhecer a importância de tais mulheres – que tiveram a oportunidade de participar de um periódico, ou mesmo ser alvo deste, nessa época – para uma maior inserção feminina em espaços e condições legadas apenas ao gênero masculino, pois, o sexo feminino era excluído em vários âmbitos sociais, inclusive da própria prática escriturística.

De acordo com Certeau (1994), o cotidiano é um espaço de práticas e experiências que se constroem no dia a dia, através da ação humana. Essas práticas cotidianas são, muitas vezes, invisíveis e pouco valorizadas, mas não deixam de ser fundamentais para a construção da vida social e cultural. Para o autor, a escrita não é apenas um meio de comunicar ideias, mas uma forma de produzir conhecimento e de dar sentido e forma ao mundo.

No entanto, a escrita também é uma prática complexa e ambígua. Certeau, destaca que a escrita pode ser tanto uma forma de resistência, quanto de opressão. Em muitos casos, a mesma é usada como uma forma de impor ideias e de controlar as pessoas, mas também, pode ser usada como uma forma de resistência e de transformação social.

Nicolau Sevcenko (1983) é outro que reconhece a potência da escrita na história, o mesmo, afirma que a valorização da literatura é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A literatura, assim, é vista como uma forma de intervenção da realidade, capaz de dar voz às minorias e de questionar as estruturas de poder estabelecidas. De acordo com o autor, a literatura tem um papel crucial na formação da consciência crítica e na construção de uma identidade nacional mais diversa e inclusiva, podendo ser uma forma de intervenção crítica na realidade, promovendo mudanças sociais, políticas e culturais.

O jornal *O Sexo Feminino*, foi pensado no intuito de remeter também à emancipação da mulher, pensando-o como uma forma de incentivar a educação e a instrução feminina, que é um dos principais temas tratados no periódico e que será abordado no decorrer deste trabalho. Logo, reconhecemos no mesmo, uma busca por mostrar os caminhos e ensejos que a mulher poderia seguir para ter uma educação que a ajudasse a alcançar sua emancipação e

incentivar ainda transformações no próprio seio familiar, no qual pais e maridos poderiam estimular suas filhas e esposas ao estudo.

Todavia, o periódico não influenciou a mulher oitocentista a se desviar do caminho que era considerado “certo” na época, no qual boa parte da sociedade acreditava que seria o de casar e cuidar da família e do lar, sendo comum por muito tempo esse pensamento. Mas incentivou muitas mulheres a terem a oportunidade de ter um futuro que fosse benéfico a elas e a sua própria família, principalmente, através da educação, que ajudaria também na formação dos seus filhos.

Conhecido nosso objeto, cabe perceber como o mesmo é trabalhado em nosso estudo. Assim, sob tal norte, podemos citar que o nosso primeiro capítulo, intitulado *A imprensa brasileira no século XIX*, tem o intuito de ajudar o leitor a compreender a historicidade da imprensa desde seu surgimento. O capítulo busca mostrar ainda, a trajetória da imprensa feminina a partir da metade daquele século, enfatizando o surgimento dos primeiros jornais destinados ao público feminino e escritos também por mulheres.

O segundo capítulo, *A educação feminina no século XIX*, traz reflexões acerca da instrução feminina e emancipação da mulher a partir do periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889). Analisando seu próprio discurso e refletindo sobre suas questões, além de relacioná-las com autores e discussões que são essenciais para a compreensão do acesso e formação educacional no século XIX, nos ajudando a perceber as semelhanças nos discursos do periódico com a dos autores mencionados, como: Norma Telles (2004), Riolando Azzi (1987), Guacira Louro (2004) e Olívia Rocha (2011).

O terceiro capítulo, *O Sexo Feminino: em luta pela emancipação das mulheres*, tem o intuito de trazer mais informações sobre o periódico *O Sexo Feminino*, seguindo as temáticas presentes no mesmo, tais como: a emancipação feminina, que era a principal pauta do periódico, o casamento, a religiosidade e a família. Tendo em vista, que o periódico de Francisca Diniz, trata especialmente de assuntos acerca da igualdade, emancipação e busca pelos direitos das mulheres, o referido capítulo tem o propósito de analisar e refletir sobre as próprias intenções do semanário. Por fim, gostaria de informar a você leitor, que o presente trabalho foi realizado mantendo a ortografia original do periódico, para evitar que a mudança das palavras tirasse a originalidade e a fidelidade aos escritos.

1. A IMPRENSA BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Para podermos compreender melhor sobre a imprensa feminina e discutirmos o tema central que permeia este trabalho, se faz necessário analisar o contexto histórico do surgimento da imprensa no Brasil, assim, poderemos entender melhor os motivos para o surgimento e fortalecimento de tal veículo nacionalmente, pensando o que houve durante esse período e qual a importância da comunicação de massa para a nossa história e para a sociedade como um todo.

Sabemos que a imprensa já existia no mundo desde o século XV, com a criação de Johannes Gutenberg. Posteriormente, a difusão de sua invenção se espalhou pela Europa e difundiu-se principalmente no século XVIII, acompanhando o desenvolvimento do sistema capitalista. Porém, no Brasil, seu surgimento se deu de forma tardia e com alguns impasses que surgiram desde o século XVIII, tais como: os impedimentos oficiais e as condições coloniais, que não geravam condições necessárias para a instalação da mesma antes de 1808. (SODRÉ, 1999).

A imprensa feminina surgiu a partir da metade do século XIX, incentivando a mulher a buscar seu lugar de fala na sociedade, em buscar ser ela mesma norteadora de suas próprias histórias. O lugar da mulher foi durante muito tempo negligenciado na historiografia brasileira, sendo somente a partir do século XX, que as mulheres começaram a ganhar mais destaque na literatura, tendo em vista que o espaço literário era predominantemente masculino.

De acordo com Tania Regina de Luca (2008), somente a partir de 1970 o jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica, pois antes disso os historiadores questionavam o uso dos jornais pela falta de objetividade e só recorriam aos jornais se não houvesse outras fontes disponíveis. Ao tratar de imprensa e gênero, a autora destaca os trabalhos da Dulcília Buitoni que, segundo a mesma, “no início da década de 1980 já evidenciaram as potencialidades da imprensa para a apreensão do lugar reservado às mulheres em diferentes épocas” (LUCA, 2008, p. 126).

A inserção das mulheres na educação formal tinha em vista o progresso e a emancipação do sexo feminino. Os jornais femininos que surgiam na época tinham, em sua maioria, o intuito de incentivar a busca e o acesso à educação, além da desvinculação ao padrão do que seria “correto” ao gênero feminino nesse período. Para as autoras Heloisa de Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007), transformar um jornal ou revista em fonte

histórica é uma escolha do próprio historiador, como também, a escolha do tratamento teórico e metodológico de sua pesquisa.

Nesse sentido, as autoras destacam que:

A imprensa é a linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando a cada momento, as relações imprensa/sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe. (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Esse discurso se faz necessário para compreendermos a história da imprensa brasileira, até chegarmos ao próprio emergir de uma imprensa feminina e por conseguinte, a criação do periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889). O semanário em questão, contribuiu com a jornada das mulheres na imprensa, com assuntos de interesse feminino que mudariam o direcionamento de suas vidas, incentivando as mesmas a serem cada vez mais independentes, buscando sua emancipação e instrução em níveis mais elevados, como na carreira de magistério.

1.1 Contexto histórico da imprensa no Brasil

Ainda no século XVIII, houve algumas tentativas de abrir tipografias na colônia do Brasil, porém, essas tentativas foram mal sucedidas devido, especialmente, às autoridades locais serem governadas ainda pela metrópole, Portugal, que não aceitava que sua principal colônia começasse a se desenvolver e receber informações do exterior, o que poderia influenciar na emancipação da mesma.

Portugal resistiu tanto quanto pôde para que a imprensa não se instalasse em sua colônia, sendo assim, o Brasil passou muito tempo sem receber notícias de fora, a não ser algum folhetim que chegasse nos navios vindos do exterior, por ser ainda proibido a instalação de tipografias. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1999), a etapa econômica que a colônia atravessava não gerava as exigências necessárias para a instalação da imprensa.

Percebe-se nesse sentido, que Portugal não via a necessidade de manter a colônia informada, a não ser por intermédio dos veículos oficiais da metrópole. Seu receio pautava-se no entendimento de que a imprensa propagaria informações que não seriam benéficas para o império português, especialmente em função das revoluções que estavam ocorrendo na Europa, visto que estas poderiam influenciar movimentos rebeldes no ultramar.

Assim, a potência da prática escriturística, vista sob o pensamento de Certeau anteriormente, pode ser vista como impulsionadora de diversas revoluções. Um exemplo

prático dessa potência, pode ser visto através das próprias ideias iluministas que marcam a chamada Revolução Francesa. Assim, em uma época em que a França era governada por um rei absolutista, a divulgação de ideias foi essencial para o alinhamento das classes populares e da burguesia, para combater os privilégios provenientes da monarquia francesa. Nelson Werneck Sodré, nos lembra que:

‘Não convinha a Portugal que houvesse civilização no Brasil. Desejando colocar essa colônia atada a seu domínio, não queria arrancá-la das trevas da ignorância’. A ignorância, realmente, constitui imperiosa necessidade para os que exploram os outros indivíduos, classes ou países. Manter as colônias fechadas à cultura era característica própria de dominação. (SODRÉ, 1999, p. 18, apud AZEVEDO, 1881, p. 14)

A partir do século XIX, em especial, com a chegada da família real ao Brasil em 1808, a colônia começou a progredir, ocorrendo ainda neste século diversas mudanças em vários âmbitos da sociedade brasileira, sendo elas culturais, sociais e industriais. Surgiu ainda neste período, o que seria a primeira tipografia da colônia, sendo o início da imprensa no Brasil, que foi fundada com objetivos que seriam benéficos à coroa, como a impressão dos documentos oficiais. (SIQUEIRA, 2019, p. 10)

A partir da visão de Julia Militão Siqueira, podemos perceber as mudanças ocorridas com a chegada da família real, constituíram mudanças significativas que mudariam o rumo da colônia, gerando assim, um maior nível de desenvolvimento e crescimento da mesma, seja no âmbito econômico ou social. De acordo com Siqueira, a chegada da família real “[...], proporcionou o investimento na indústria e na educação, na saúde e na cultura, com construção de universidades, museus, hospitais etc. As cidades começaram a se desenvolver e modernizar suas formas de produção” (SIQUEIRA, 2019, p. 13).

O aparecimento da imprensa colonial, a partir da chegada da corte no Brasil, estava longe de representar uma tolerância à cultura já existente na colônia. Ao contrário do que vinha acontecendo em outros países, a imprensa e a universidade, chegavam ao Brasil com o intuito de substituir a dualidade cultural existente e inserir apenas uma cultura, excluindo a dos povos que já existiam naquele local, anteriormente à chegada dos portugueses.

Os lusitanos tinham medo da cultura ali presente causar prejuízos e danos à colonização mercantilista que havia sido implantada. A introdução à cultura portuguesa e ao catolicismo aproximava a colônia de Portugal, tornando as pessoas mais dóceis e menos propícias a rebeliões, ou mesmo, a busca pela independência política.

Por esses motivos, podemos entender o porquê se fez tardia a introdução da imprensa na colônia, até que a corte joanina, em 1808, percebeu a necessidade de implantar a imprensa

no Brasil. Porém, de acordo com Sodré (1999), onde o invasor colonialista havia encontrado uma cultura avançada, ele teria assim que possível, substituir aquela pela sua própria cultura, de modo a efetivar seu domínio, e não seria diferente com a chegada da imprensa, como ele nos diz:

O aparecimento precoce da universidade e da imprensa, assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação e da exploração. (SODRÉ, 1999, p. 11).

A Imprensa Régia foi fundada em 1808, tendo como objetivo imprimir documentos diplomáticos, a partir do ato real em maio daquele ano em que se mostrava a necessidade da impressão dos documentos legislativos e diplomáticos, o que marcaria aquilo que seria a única função, ou razão para a fundação da Imprensa Régia (SODRÉ, 1999). Para se ter a certeza de que só eram impressos o que se dizia no ato real, eram feitas constantes fiscalizações em todos os impressos, havendo assim, a censura de folhetins que fossem contra as normas estabelecidas pela coroa.

Podemos perceber sob tal cenário, que havia um certo medo por parte da coroa que se propagasse algumas informações vindas de fora, procurando manter a cultura local que já havia se instalado e um controle das informações que circulavam neste espaço. Como nos mostra Melo (2003), a imprensa não foi introduzida apenas por conta de um decreto, mas porque se criavam novas situações sociais, que antes da chegada da família real não havia, ou pelo menos não eram percebidas. Nesse sentido, Melo nos faz refletir que;

A chegada da família real não apenas exige um decreto que abre as fronteiras e liberta a imprensa. Não se cria a imprensa e suas necessidades por decreto. É que a vinda da família real para o Brasil cria novas condições de relações sociais e, por consequência, de exigências sociais até então inexistentes ou imperceptíveis. (MELO, 2003, p. 10).

Em setembro de 1808, lançou-se o primeiro jornal brasileiro, nomeado *Gazeta do Rio de Janeiro* e situado no Rio de Janeiro, onde a corte teria se instalado na época. Sodré, nos traz as seguintes informações pertinentes acerca do primeiro jornal brasileiro, afirmando que este: “era um pobre impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa [...]” (SODRÉ, 1999, p. 20). O jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* não se mostrava interessado nos assuntos do Brasil, mas com assuntos do exterior, não trazendo ao público leitor informações pertinentes e necessárias para sua vivência na colônia.

De fato, a corte ainda não queria que as pessoas fossem influenciadas por informações que poderiam acarretar em desordem, havendo sempre a censura do que se

publicava no jornal. Nosso autor, nos traz ainda que, nesse primeiro jornal, não se manchava as páginas com efervescências da democracia e nem exposição de agravos. (SODRÉ, 1999, p. 20)

Durante o período da imprensa colonial, em que a família real havia sido transferida para o Brasil, de acordo com Marialva Barbosa (2007), a imprensa dividiu-se entre imprensa oficial e imprensa oficiosa. Sabemos que imprensa oficial é aquela que imprimia papéis diplomáticos e oficiais, enquanto isso, a imprensa oficiosa reproduziria ainda o discurso da imprensa oficial, de modo que se beneficiava do poder que a cercava.

Barbosa afirma ainda que foi somente com a introdução de outros jornais, posteriores à *Gazeta do Rio de Janeiro*, que este cenário começaria a mudar, havendo a fundação de outros periódicos, como por exemplo o intitulado *Aurora Fluminense*, fundado por Evaristo da Veiga, e o *Jornal do Commercio* por Pierre Planchet Seignot, ambos em 1827.

Entretanto, mesmo com novos jornais a imprensa oficiosa e a oficial ainda se mantinham. A partir da década de 1870, Barbosa (2007), destaca o desenvolvimento da imprensa nos debates em torno da questão republicana e abolicionista, criando-se um novo cenário de discussões que abrangem questões políticas, fazendo com que a partir da década de 1880 esses debates começassem a ganhar voz nas ruas.

O trabalho do autor Nelson Werneck Sodré (1999), não dá destaque à imprensa feminina. O seu livro, *História da Imprensa no Brasil*, se mostra muito rico em informações que são importantes para a compreensão da história da imprensa brasileira. Todavia, desde o seu surgimento, o livro de Sodré deixa algumas lacunas a serem preenchidas por outros pesquisadores, especialmente os da chamada da nova história cultural, destacando temas que ficaram à margem por muito tempo, como a própria história da imprensa feminina.

Porém, outros autores, com pesquisas mais recentes, como a Constância Lima Duarte em *Imprensa feminina e feminista* (2016) e Aguimario Pimental Silva em *Imprensa, gênero e poder: Discursos sobre a educação da mulher no Brasil Império* (2019), entre outros, tiveram grande contribuição para o estudo e conhecimento da imprensa feminina. Portanto, nossa discussão prossegue dando ênfase à imprensa feminina no Brasil.

1.2 O surgimento da imprensa feminina no Brasil

A imprensa feminina se originou na Europa, sendo a França, um dos espaços onde esta mais floresceu. Nas palavras de Dulcília Buitoni, “a imprensa feminina germinou principalmente na França, em parte como consequência da Revolução Francesa, na Alemanha

e na Itália.” (BUITONI, 1986, p. 30). O termo “florescer” nos remete a flores, assim como os primeiros periódicos femininos brasileiros que foram publicados a partir da primeira metade do século XIX. Isso porque, muitos dos nomes dados a estes periódicos ressaltam a feminilidade da mulher brasileira, seus traços e a sua beleza.

Ao falar sobre a mulher na imprensa, Buitoni afirma que a imprensa feminina é aquela é dirigida e pensada para as mulheres e nos traz os nomes de alguns periódicos, que nos remetem em seus próprios nomes à delicadeza de como a mulher era representada. O seguinte trecho é representativo dessa premissa:

Entre a moda e a literatura, duas incentivadoras da fantasia, a imprensa feminina caminhava. Com nomes de flores, pedras preciosas, animais graciosos, todas metáforas da figura feminina, ou mencionando a mulher e seus objetos, tivemos no Rio, São Paulo e outras cidades, *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-Flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho*, *Primavera*, *Jornal das Moças*, *Eco das Damas* e assim por diante. (BUITONI, 1986, p. 40).

Porém, nem tudo eram “flores”, analisando-se o contexto histórico do surgimento da imprensa feminina, percebemos que a maioria dos jornais oitocentistas, especialmente no início do século, eram escritos por homens e para homens, com especial destaque para temas políticos e econômicos. Nas primeiras décadas do século XIX, após a disseminação da imprensa no país, a maioria das mulheres ainda não eram instruídas e de acordo com Buitoni, elas mal saíam de casa, pois seguiam os costumes portugueses, seus pais não as deixavam sair dos domínios da família, com exceção para ir à missa, para assim privá-las de relações amorosas não consentidas.

O surgimento de jornais dedicados às mulheres, iniciou-se só a partir de 1827, com a criação do periódico *O espelho Diamantino*, pelo jornalista Pierre Plancher, sendo este o primeiro jornal brasileiro a tratar de assuntos femininos. Segundo a autora Constância Lima Duarte (2016), este periódico foi lançado ainda antes da promulgação da Lei de Instrução Pública, que autorizava a abertura de escolas primárias, inclusive para meninas. A lei foi promulgada em 1827 e autorizava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e localidades mais populosas do Império. Em 1835, houve a inauguração da primeira escola normal brasileira, em Niterói- RJ, abrindo-se oportunidades para a educação feminina e masculina.

No entanto, o jornal *O espelho diamantino* não foi o primeiro jornal dirigido por mulheres, já que um homem estava à frente deste, e assim, apesar de ser voltado para as mulheres, ele não era dirigido e escrito por mulheres. Além deste, tiveram outros jornais

direcionados ao público feminino, mas que foram fundados por homens, como por exemplo o jornal *Espelho das brasileiras* (1831), em Recife-PE, criado pelo jornalista de nacionalidade francesa Adolphe Emile de Bois-Garin.

De acordo com Duarte (2016), outro jornal que teoricamente pode ter tido uma escrita feminina foi o chamado *A filha única da mulher do Símplicio* (1832), que possivelmente, foi escrito por uma mulher, como sugere sua escrita marcada com traços femininos. A autora afirma ainda em sua pesquisa, que este jornal era assinado com pseudônimos que reforça a possibilidade deste ser escrito por uma mulher. Assinando como “Fluminense Menor de idade” ou, simplesmente, “Redatora”.

Duarte, que estuda os periódicos femininos oitocentistas, aborda informações que confirmam a existência de outros periódicos anteriores, que foram dirigidos por mulheres, mas que foram direcionados a temas considerados masculinos na época, como a política.

Até recentemente, o jornal, fundado pela escritora argentina Joanna Paula Manso de Noronha (1818-1875), era considerado o primeiro do país dirigido por mulheres. Mas novas pesquisas revelaram que outros já haviam circulado, visando o mesmo público leitor, como *Belona Irada Contra os Sectários de Momo e Idade d’Ouro*, de Porto Alegre, em 1833, por iniciativa de Maria Josefa Barreto (1786-1834), e *A Mineira no Rio de Janeiro e A Filha Única da Mulher de Símplicio*, surgidos, na corte, em 1832, ambos assinados por “A Redatora”, assinalando que uma mulher estava a sua frente. Mas, curiosamente, eles não se trataram de literatura nem da condição feminina, e sim da política. (DUARTE, 2019, p. 07).

Só a partir de 1852 é criado um periódico fundado e dirigido por uma mulher, assim como direcionado ao sexo feminino. O nomeado *Jornal das Senhoras* – vigente entre os anos de 1852 a 1855 –, foi pesquisado e tido como principal objeto de investigação do autor Aguimario Pimentel Silva, em seu livro chamado *Imprensa, gênero e poder* (2019), sendo tal periódico, considerado o primeiro jornal do país dirigido por mulheres e direcionado as mesmas. Nas palavras do próprio Aguimario Silva (2019, p. 11): “[...] um significativo avanço em relação ao padrão cultural ao qual a mulher se via submetida, em meados do século XIX”.

De acordo com as informações contidas na pesquisa de Aguimario Silva, o *Jornal das Senhoras*, foi fundado pela alemã Joanna Paula Manso de Noronha, tendo como objetivo primordial contribuir para a “emancipação moral da mulher”, se referindo principalmente à questão educacional.

Tais jornais citados até aqui, foram os primeiros periódicos brasileiros direcionados a mulher, mas não foram os primeiros dirigidos por mulheres, houveram outros, que apesar de serem escritos por mulheres, seus temas não foram direcionados ao público feminino. Nesse

cenário, considera-se que o *Jornal das Senhoras* continua sendo o primeiro jornal dirigido e direcionado ao público feminino, assim como o periódico que abordaremos aqui, *O Sexo Feminino* (1873-1889). Sendo este, igualmente dirigido e direcionado à mulher, tendo ainda temas semelhantes, como por exemplo, o incentivo à instrução feminina e a emancipação da mulher.

Tratando-se da inserção das mulheres na imprensa e sobre a expansão da leitura ao público feminino, Duarte nos faz refletir acerca da educação feminina da época:

Quando as primeiras mulheres tiveram acesso ao letramento, imediatamente se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E independente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência do estatuto de exceção que ocupavam no universo de mulheres analfabetas, da condição subalterna a que o sexo estava submetido, e propiciou o surgimento de escritos reflexivos e engajados, tal a denúncia e o tom reivindicatório que muitos deles ainda contém. (DUARTE, 2016, p. 14).

A autora aborda acerca de como a leitura afetou positivamente a vida das mulheres, fazendo com que elas fossem atrás de informações contidas em livros e jornais, que pudessem mudar suas próprias condições de vida, como por exemplo, o acesso à instrução e as escolas primárias, que é considerado o principal tema dos jornais femininos, a partir da metade do século XIX.

A escrita e a leitura fizeram com que as mulheres pudessem conhecer melhor sobre si mesmas, adentrando-se no mundo das letras conforme folheavam seus livros e outras escreviam seus belos poemas, estes que logo começaram a aparecer em periódicos da época, mesmo que de forma anônima. Este era o começo da inserção da mulher na imprensa e na literatura da época, pois logo apareceriam mais marcas de sua presença, além de livros escritos por mulheres. Duarte nos afirma que:

Apenas em meados do século XIX começam a surgir os primeiros jornais dirigidos por mulheres. Os críticos se manifestam vivamente, considerando as publicações que eram desde sempre expressões de uma imprensa secundária, inconsistente e supérflua, pois destinavam-se ao segundo sexo. (DUARTE, 2019, p. 32-33).

A autora Olívia Rocha (2011), busca enfatizar a importância da escrita feminina, que evidencia o espaço. A mesma ressalta que: “A escrita constitui-se uma prática de importância estratégica a ser apropriada pelas mulheres, pois lhes permitiu expor pontos de vista, reivindicar novos lugares sociais e posicionarem-se como autoras, possibilitando a obtenção de reconhecimento intelectual” (ROCHA, 2011, p. 163).

Rocha, nos remete ainda a reflexão sobre as condições a que a mulher era submetida

no século XIX, e que a partir da escolaridade e da prática escriturística, a mulher vai ocupando novos lugares na sociedade, buscando seu próprio lugar de fala, a partir de um espaço e veículo que antes era masculinizado (ROCHA, 2011).

O acesso à educação, fez com que a mulher abrisse sua mente para o novo, para um caminho que as levariam a um futuro de sucesso. Porém, não podemos generalizar esse lugar ocupado pelas mulheres, visto que muitas mulheres da época eram indissolúveis ao machismo existente e enraizado culturalmente neste período e outras não tinham acesso à educação, devido especialmente às suas condições financeiras.

O restrito acesso feminino à instrução contribuiu para que os lugares relacionados à escrita, à autoria e ao reconhecimento literário fossem de difícil acesso às mulheres. Além disso, a publicação era uma prática inscrita como masculina. Transgredir as normas prescritas para o seu sexo significava enfrentar as críticas da sociedade e, até mesmo, a oposição de familiares. (ROCHA, 2011, p. 34).

A partir desse dado momento, no século XIX, as mulheres começavam a perceber que poderiam ir além de serem apenas “donas de casa”, começam então, a publicar matérias, poemas e poesias em jornais, mesmo usando pseudônimos com nomes masculinos, para evitar críticas da sociedade e desaprovação e seus próprios familiares. Muitas matérias feitas com mulheres não revelavam o nome do entrevistado, ou, continham apenas “autor desconhecido”, para não revelar suas identidades.

Era considerado impróprio às mulheres serem escritoras, pois na época esse papel era exclusivo para o homem, as mulheres não eram bem aceitas como redatoras de jornais, como se o gênero feminino não fosse capaz de opinar e tivesse menos inteligência, como muitos homens consideravam. Duarte (2016), percebe que havia a predominância de uma indigência cultural, em que os homens seriam dotados de um sentimento de que eram superiores às mulheres, discutindo sobre o machismo existente naquela época a autora nos traz um ditado que dizia “A mulher só deve sair de casa três vezes: para batizar, casar e enterrar” (DUARTE, 2016, p. 26).

A frase trazida por Duarte, nos mostra o preconceito vigente com o sexo feminino nas primeiras décadas do século XIX. Preconceito este que perdurou durante um longo tempo como quase que um consenso social, no qual gênero masculino deveria exercer poder sobre o feminino, como uma espécie de “submissão natural”. Foi a partir das mudanças que vinham acontecendo na Europa que se começa a mudar esse cenário, especialmente em função da crescente instrução buscada pelo sexo feminino.

Constância Lima Duarte (2019), menciona momentos que foram cruciais para a

evolução do feminismo, enfatizando a vitória das mulheres ao longo dos anos, desde o século XIX, em meados de 1830, até o século XX, na década de 1970, em que tivemos os maiores avanços do movimento feminista. Os dois primeiros momentos, ou ondas, como menciona a autora, são cruciais para a nossa pesquisa.

O primeiro destes, aborda a inserção da mulher na educação, que seriam as “letras iniciais” e a autora feminista Nísia Floresta. Já o segundo momento, refere-se a ampliação da educação, o sonho do voto, que seria um marco para a emancipação feminina, e o desenvolvimento da imprensa feminina, com o aparecimento de diversos periódicos escritos e direcionados para as mulheres, especialmente após a metade do século XIX.

O primeiro momento se inicia no começo dos oitocentos, em uma época em que as mulheres viviam imersas em preconceitos, não tinham ainda acesso à educação e estavam destinadas ao casamento e a família. Nessa época, em 1827, como já mencionamos, a Lei da Instrução Pública autorizou a abertura de escolas normais para meninos e meninas, incentivando as mulheres ao letramento.

Durante esta primeira “onda” do movimento, como menciona Duarte (2019), tivemos o momento da primeira feminista brasileira, que foi a Nísia Floresta (1810-1885), nascida no Rio Grande do Norte. Nas palavras de Duarte, a mesma “[...] teria sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais e revistas da chamada ‘grande imprensa’.” (DUARTE, 2019, p. 28-29)

Dulcília Buitoni (1986) ao falar sobre o feminismo brasileiro em seu livro *Imprensa Feminina*, menciona também a Nísia Floresta e um dos seus mais importantes feitos da época, que foi a tradução, em 1832, do livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, de Mary Wollstonecraft. Enquanto Duarte (2019) menciona as publicações de Nísia Floresta em jornais da grande imprensa, a autora Buitoni não menciona tal feito, por não ter o mesmo conhecimento de Duarte perante essa questão, e afirma que: “Nossa primeira feminista provavelmente não escreveu na imprensa periódica [...]” (BUITONI, 1986, p. 52).

As duas autoras possuem opiniões diferentes em relação a seus estudos sobre a participação de Nísia Floresta nos periódicos, mas coincidem em afirmar sua importância para o feminismo brasileiro. Sendo ela a primeira a trazer ideias que, posteriormente, ajudaram a incentivar muitas mulheres a combaterem o patriarcalismo, Nísia Floresta, ajudou a abordar ideias que saíssem do tradicional modelo da mulher dona de casa, trazendo a tona a opressão feminina e o machismo vivenciado todos os dias pelas mulheres do século XIX. De acordo com Duarte:

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do

preconceito no Brasil, e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma ela, “São diferentes no corpo, mas isso não significa diferenças na alma”. Argumenta, também, que as desigualdades que resultam em inferioridade “vêm na educação e circunstâncias de vida”, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural. (DUARTE, 2019, p. 29).

O segundo momento que Duarte aborda, trata sobre o grande crescimento da imprensa feminina a partir da década de 1870, o surgimento de diversos jornais escritos por mulheres e para mulheres, além de revistas com informes feministas, sendo veículos que começavam a propagar informações sobre o direito das mulheres, como o acesso à educação. Inclusive, a autora menciona neste segundo momento o periódico de nossa pesquisa, *O Sexo Feminino*, que foi criado por Francisca Senhorinha na década de 1870, sendo um dos principais jornais femininos da época, tendo inclusive o próprio Imperador D. Pedro II e a princesa Isabel acesso ao mesmo, estes, eram assinantes do semanário quando Francisca Senhorinha transferiu-se para o Rio de Janeiro.

O sucesso do jornal de Francisca Senhorinha pode ser comparado pela quantidade de mulheres alfabetizadas na década de 1870, com a quantidade de exemplares de *O Sexo Feminino* que estavam sendo impressos. A autora Buitoni (1986), nos diz que “Francisca Senhorinha lutava pela educação, instrução e emancipação da mulher, no jornal que tirava 800 exemplares para uma população de 20.071 mulheres, das quais apenas 1.158 sabiam ler.” (BUITONI, 1986, p. 52).

Para entendermos melhor as intenções do periódico *O Sexo Feminino*, nosso próximo capítulo, tem o objetivo de mostrar um pouco sobre como era a vida da mulher oitocentista na segunda metade do século XIX, tratando essencialmente, sobre a educação da mulher nessa época. Ao longo do capítulo, perceberemos que o intuito do periódico não era apenas de informar as leitoras, mas incentivá-las a estudarem, buscarem sua liberdade e igualdade, sobretudo por meio da educação.

2. A EDUCAÇÃO FEMININA NO SÉCULO XIX E O PERIÓDICO “O SEXO FEMININO”

O século XIX foi marcado pelas transformações socioeconômicas e culturais, devido às influências das revoluções que afetavam a vida pública e privada. Dentre essas transformações, temos a influência do romance moderno, que incentivou a literatura da época, chegando ainda ao Brasil.

Norma Telles (2004) afirma que, diferente dos séculos anteriores, em que as pessoas que soubessem ler, liam para os outros, principalmente os operários, no século XIX há uma mudança de público leitor, tendo este constituindo-se então, principalmente, por mulheres burguesas. A influência europeia chegava assim ao Império, as mulheres de classe média e alta no Brasil começavam a ter acesso à educação e literatura, sendo os romances o principal nicho de leitura das mulheres.

Os padrões patriarcais da época normatizavam as mulheres como “rainhas do lar”, em que a figura feminina deveria sempre estar ligada à família desde a sua instrução, que as preparava para os cuidados com o marido e com a família após o casamento. No século XIX, a "pureza" feminina era um valor fundamental para a sociedade, especialmente, para as classes média e alta. As mulheres eram vistas como seres angelicais, cuja principal missão era a de cuidar do lar e da família, preservando sua virtude e sua moralidade a todo custo.

Entre os valores e comportamentos associados à pureza feminina, estavam a castidade sexual antes do casamento, a modéstia na vestimenta e na aparência física, a submissão ao marido e a manutenção de uma imagem de recato e serenidade em todas as situações. As mulheres que não se conformassem a esses padrões eram, frequentemente, julgadas e condenadas pela sociedade em geral, sendo consideradas "promíscuas" e "desregradas" (LOURO, 1997).

A partir da década de 1830 as mulheres começaram a se inserir no mundo das letras, e frequentar as Escolas Normais femininas, quando se tinha a permissão dada pelo pai ou marido. Após a metade do século XIX, em que a imprensa feminina começa a ganhar espaço, os jornais direcionados as mulheres passam a incentivar a educação feminina, influenciando de forma positiva suas leitoras.

A partir desse contexto, o periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889) é um dos jornais que incentivaram a educação e a emancipação das mulheres em sua época, trazendo também a literatura, religião, o casamento e outros temas de interesse feminino em seus exemplares. Mas, neste capítulo, iremos dar ênfase à educação feminina no século XIX, assim como à

vida da mulher oitocentista.

2.1 Educação e vida da mulher oitocentista

O século XIX foi baseado no conservadorismo, a família prevalecia na época como grande instituição conservadora da sociedade, de acordo com Siqueira (2019), as famílias possuíam uma enorme influência religiosa do catolicismo, o qual controlava também a vida da mulher. As mulheres, nesse contexto, deveriam manter sua castidade, para que casassem ainda virgens, ou, caso contrário, estariam desonradas segundo os valores que se buscavam manter na época, principalmente, nas famílias de classe alta.

O autor Azzi (1987), discute sobre a situação da mulher oitocentista de classe média e alta, que estava sempre à margem da sociedade, ou seja, não estava no centro do que acontecia na época. Não tinham, por conseguinte, participação política, possuíam pouca participação social, além de não ocuparem postos de trabalho de alto prestígio. Enquanto as mulheres mais pobres viviam em um sistema latifundiário e escravocrata (AZZI, 1987, p. 90).

De acordo com Gilberto Freyre (1977, p. 73): “O padrão de moralidade de duas faces prevalecia na década de 1850, idolatrava-se a mulher pura, a mulher lírio – enquanto os desregramentos sensuais do homem só de leve eram reparados”. Azzi, ressalta que a mulher de classe alta, dentro da família patriarcal, permanecia em uma posição conservadora e estável, em dependência do homem. Enquanto o homem branco estava em uma posição de maior mobilidade, iniciando na maioria das vezes sua vida sexual cedo, especialmente com mulheres negras que eram escravizadas em suas casas, sendo elas, muitas vezes, abusadas sexualmente pelos seus senhores (AZZI, 1987, p. 90).

Além disso, de acordo com Miridan Knox Falci (2004, p. 208), ao referir-se a vida das mulheres no sertão nordestino, a autora nos afirma que as mulheres de classe alta não possuíam muitas atividades fora do lar, enquanto as mulheres menos afortunadas, faziam doces para vender na rua ou por encomenda, bordados, arranjos de flores, dentre outras atividades para ajudar no sustento da família. A autora, discute ainda sobre como a vida das mulheres no sertão nordestino era marcada por desigualdade e opressão, destacando uma hierarquia de gênero, no qual as mulheres eram consideradas inferiores ao homem.

Ao falar sobre as mulheres instruídas do sertão nordestino, Knox Falci (2004), discorre que a população de tal região naquela época era pouco alfabetizada, mesmo se tratando de famílias com melhores condições financeiras. Muitas mulheres, nesse cenário, continuavam sem instrução, raramente aprendiam a ler e quando aprendiam era na maioria

das vezes com professores contratados para ensiná-las em casa.

No sertão nordestino do século XIX, a mulher de elite, mesmo com um certo grau de instrução, estava restrita à esfera do espaço privado, pois a ela não se destinava a esfera pública do mundo econômico, político, social e cultural. A mulher não era considerada cidadã política. (KNOX FALCI, 2004, p. 2010).

A educação da mulher brasileira também estava baseada em princípios religiosos, na qual a instrução era voltada também para a cristandade. Sob tais questões, Siqueira (2019) afirma que:

O controle social, religioso e matrimonial sobre qualquer área da vida da mulher, que era tratada como objeto de posse de seus pais e maridos, era exercido por meio da vigilância de seus comportamentos, de suas roupas, cabelos e até mesmo do acesso à instrução (considerada uma 'heresia social'). (SIQUEIRA, 2019, p. 18).

As mulheres das famílias de maior poder aquisitivo do século XIX, exerciam principalmente o papel de dona de casa, cuidavam dos filhos, do marido e do lar, pois o conservadorismo da época alegava que depois de casadas as mulheres deveriam exercer seu papel de esposa e dedicar-se apenas a família, enquanto o marido trabalhava para ser o provedor do lar. Diferentemente da mulher de baixa renda, que teria que trabalhar para ajudar no sustento da casa. As mulheres com menos condições financeiras figuravam, em sua maioria, sem instrução escolar, pois tinham que trabalhar, cuidar da casa e da família, as deixando sobrecarregadas.

Mesmo com a chegada das Escolas Normais em 1835, muitas mulheres continuaram sem acesso à educação, pois não podiam parar de trabalhar para frequentar a escola. Além disso, demorou um tempo para que as Escolas Normais chegassem em todos os lugares, segundo o periódico *O Sexo Feminino*, o qual estamos trabalhando, só houve a abertura de uma Escola Normal na cidade de Campanha-MG em 1873, tendo em vista que a cidade estava na área rural do estado de Minas Gerais (O SEXO FEMININO, 1873).

Assim, nas áreas rurais, a abertura de escolas foi ainda mais tardia e, por conseguinte, o acesso mais amplo à educação escolar, do que nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, devemos também mencionar que o acesso à educação era concedido principalmente às mulheres que possuíam melhores condições financeiras e que, por sua estabilidade financeira e com a permissão de seus pais ou maridos, poderiam estudar. O trabalho não atrapalhava essas mulheres, pois elas se dedicavam apenas ao lar e à família, conseguindo conciliar suas atividades domésticas com a instrução

Porém, nem sempre isso acontecia, pois alguns pais não deixavam suas filhas

frequentarem a escola, por medo que elas se “desviassem do caminho” e conhecessem a perdição de um namoro não aprovado, ou, no caso das mulheres já casadas, muitas delas não possuíam a permissão do marido para sair de casa e iniciar ou continuar seus estudos.

O periódico *O Sexo Feminino*, desde suas primeiras publicações, buscava alertar as mulheres sobre a importância da educação em suas vidas, afirmando ainda em sua segunda edição, datada de 1873, que as mulheres possuem a mesma capacidade intelectual que os homens e que, só com a educação, conseguiriam se libertar e progredir socialmente; pois, há muito tempo, lhes eram negados os seus direitos como cidadãs, e a imprensa seria um meio de exprimir seus sentimentos como forma de resistência. Nas palavras da redatora do periódico:

Com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadêas que desde séculos de remoto obscurantismo nos roxêão os pulsos e aviltão a própria dignidade. Quando os olhos do espírito culto de todas as mulheres virem as injustiças, o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos victimas, então o nosso triumpho será completo, porque formaremos uma cruzada que tudo vencerá. Principiemos a reagir contra o despotismo do homem, e o primeiro passo seja este, habituando-nos a vir á imprensa exprimir nossos pensamentos. (A MINHAS PATRICIAS, 1873, p. 02).

A redatora principal do periódico, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, teve o intuito de trazer à tona para as mulheres da época, informações acerca de seus direitos, para que as mesmas pudessem ir em busca de igualdade, de terem uma educação digna e receberem o devido prestígio que mereciam. Percebe-se ao longo do periódico, as intenções de reforçar os ideais de progresso para as mulheres, não apenas ao referir-se à educação, mas também, ao próprio casamento, pois, sua redatora, defendia um casamento em que as mulheres não fossem tão dependentes das decisões do marido.

A autora Constância Lima Duarte (2019, p. 36), nos afirma que: “São dessa época as primeiras notícias de brasileiras fazendo cursos universitários no exterior e no país”. A autora, reflete sobre como a imprensa feminista se manifestava nos jornais nas últimas décadas do século XIX, sendo uma importante vitória e resistência, diante dos paradigmas tradicionais da época, ao noticiar o que as mulheres estavam conseguindo alcançar com seus próprios esforços. Essas recebiam críticas de alguns literatos, dramaturgos e jornalistas, que eram contra a mulher exercer o papel de esposa e cuidar dos filhos, enquanto exercia uma profissão.

A autora Michelle Perrot (2017), afirma o seguinte, em relação à mulher oitocentista no contexto europeu, mas que suas palavras nos fazem comparar com a vida da mulher brasileira no século XIX, que vivia condições parecidas em relação às diferenças de classe da

época. Em suas palavras:

A dona de casa de alguma forma se desdobra na cidade do século XIX. Emprego do tempo significa uso do espaço, e é dele que eu gostaria de falar. É claro que o que vale para a mulher do povo não vale para a burguesa. Ao nível das classes, os usos sociais da cidade se diferenciam muito claramente. (PERROT, 2017, p. 197).

Assim, de acordo com Perrot, o nível social das mulheres evidenciava seu lugar na sociedade. A mulher e o homem oitocentista, tinham tarefas distintas na família, sendo que a participação da mulher estava condicionada principalmente às tarefas da casa, costura e a própria maternidade. Perrot (2017), sob tais questões nos elucida que:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual nos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, à família e os tecidos”, diz um texto operário (1867). (PERROT, 2017, p. 171).

Duarte (2019), nos afirma ainda que, no século XIX, as mulheres brasileiras viviam imersas em antigos preconceitos e a primeira bandeira a ser levantada, em sua luta pela sua emancipação, seria o direito de aprender a ler e a escrever. Tendo em vista as discussões já apresentadas, para compreendermos um pouco mais sobre a educação da mulher oitocentista, iremos analisar a partir de então, de maneira mais direta, o periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889), no qual é retratado a vida da mulher e sua instrução, pelo ponto de vista das autoras do periódico, ou seja, do ponto de vista das próprias mulheres oitocentistas.

2.2 A educação da mulher no periódico *O Sexo Feminino*

O periódico *O Sexo Feminino*, teve como subtítulo oficial “Semanário dedicado aos interesses da mulher” e abordou em sua primeira matéria o tema “a educação da mulher”. Tal temática, juntamente com a própria ideia de “emancipação da mulher”, são os principais temas discutidos no periódico de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, lançado em 7 de setembro de 1873 na cidade Campanha-MG, data que coincide com o aniversário de independência do Brasil, que ocorreu no mesmo século em 1822.

O semanário buscou, desde sua primeira publicação, enfatizar que o século XIX se configura como o chamado “século das luzes e do progresso”, sendo este, influenciado pelo pensamento Iluminista; buscando afirmar, em seu primeiro artigo, que o século não se

findaria sem que o homem percebesse seu descuido com a educação da mulher, a tratando como simplesmente um “traste de casa”. Na capa do periódico, foi estampado o nome da redatora principal, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, sendo bastante ousado na época, uma mulher ser redatora e ter seu nome na capa de um jornal, tendo em vista o preconceito com a escrita feminina no período.

Figuras 1: Capa do primeiro exemplar do periódico *O Sexo Feminino*.



Fonte: O SEXO FEMININO (1873).

O periódico *O Sexo Feminino* contava com seções de charada, noticiário, aviso, literatura e romances que continuavam a história em sua próxima publicação, que saía semanalmente. Continha ainda seções de poesias, receitas e anúncios que divulgavam lojas, escolas, teatro, além dos artigos principais sobre educação, emancipação, religião e casamento.

Nas publicações do periódico que possuem literatura, geralmente, são compostas por uma poesia ou poema de moças da localidade, mas nem sempre são assinadas. Em algumas publicações, mencionam-se apenas as iniciais da autora, e em outras aparecem como autor

desconhecido ou com uso de pseudônimos que, comumente, eram utilizados pela não aceitação de mulheres escritoras na família, devido ao preconceito enraizado na sociedade.

O periódico divulgava também outros jornais, como o *Jornal das Famílias*, assim como o nosso próprio periódico em análise em seu primeiro ano foi divulgado por diversos jornais de sua época, como o *Independente de Campos*, *Lorenense* e *Aurora*, que eram da província de São Paulo. Ainda sobre seu primeiro ano de funcionamento, o periódico *O sexo feminino*, ficou conhecido em diferentes municípios e províncias, justamente, por causa da divulgação feita por outros jornais, que se juntam aos já citados, os jornais *Liberal Victorinense* de Victoria-PE, *Jornal do Commercio* de Porto Alegre-RS, além de outros em vários municípios de São Paulo e do Rio de Janeiro, que anunciavam o periódico de Francisca Diniz.

De acordo com a autora Cecília Nascimento (2004, p. 21), o periódico *O Sexo Feminino*, além de atingir grande parte do público feminino letrado de Campanha-MG e do Rio de Janeiro, chegou ainda a ter assinantes de outros lugares, como das cidades de Lorena e Rio Preto no estado de São Paulo e de Bagagem e Três Pontas em Minas Gerais, além de permutas (trocas de anúncios), com os jornais já mencionados anteriormente e com os de outros estados, como os da Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e até mesmo fora do país, com Madrid-ES e Nova York-US.

O semanário *O Sexo Feminino*, inicia-se com o incentivo aos pais a não mandarem suas filhas fazerem ou aprenderem essencialmente tarefas domésticas, mas sim, a mandar-lhes aprender a ler, escrever, contar, e a se matriculem nas escolas, de modo a estudar disciplinas escolares como filosofia, história, geografia, física e química. Ressaltando, nesse sentido, que o estudo das moças seria coroado pela instrução moral e religiosa, para que, futuramente, não dependessem dos pais e maridos, lamentando-se, por exemplo, se viessem a falecer, pois não teriam como se sustentar.

A autora faz apelo para que os pais não se preocupem se suas filhas não aprenderem as tarefas domésticas, pois, para a mesma, “a riqueza intelectual produzirá o dinheiro, e com este se satisfarão as necessidades. O dinheiro, Deos o dá e o diabo pode tirar: mas a sabedoria que Deos o dá – o diabo não a roubará.” (A EDUCAÇÃO DA MULHER, 1873, p. 01).

Tendo em vista a educação no século XIX, a autora Norma Telles (2004), aborda sobre a autonomia negada a mulher e destaca que, apesar da exclusão existente, as mulheres lutavam pela sua educação, pelo seu espaço e reconhecimento de escrita, ou seja, pela sua igualdade de direitos perante o gênero masculino. Foi então a partir desta época, que começaram a aparecer os primeiros livros escritos por mulheres. Por muito tempo, a mulher

foi excluída em vários aspectos da sociedade, demorando a ser reconhecida devido aos preconceitos impostos pelo patriarcalismo da época.

A educação feminina no século XIX, começava a progredir a partir da metade do século, mas nem todas as mulheres tinham acesso à educação, sendo a maioria das mulheres do país ainda analfabeta. As mulheres letradas eram principalmente pertencentes à elite e à classe média, que possuíam melhores condições financeiras. As mulheres de baixa renda, geralmente, ocupavam seu tempo trabalhando em fábricas para ajudar o marido nas despesas do lar, trabalhando como domésticas, na roça, ou mesmo, realizando outras atividades, como por exemplo, vendendo alimentos para ajudar no sustento da família; estas, quando chegavam em casa, estavam cansadas e ainda precisavam cuidar da família e do lar, por isso acabavam não tendo muito tempo para estudarem.

Ainda na primeira publicação de *O Sexo Feminino*, em uma das matérias da edição denominada “Collaboração”, a autora menciona a abertura de uma Escola Normal na cidade da Campanha- MG, cidade em que se situava o periódico em seus primeiros anos, trazendo uma discussão acerca das jovens que agora teriam o benefício da instrução, além de professores modelos, que trariam um futuro glorioso para a juventude. Logo após, a autora menciona que o dia 7 de setembro de 1873, ficaria marcado na história de Campanha, pois seria o 1º ano de estudos de muitas jovens *normalistas*, mencionando inclusive o nome das jovens mineiras matriculadas.

A autora Guacira Lopes Louro (2004), aborda as questões relacionadas à educação da mulher no século XIX, trazendo discussões acerca da emancipação da mulher e a luta pela sua autonomia. O padrão imposto ao ideal de mulher influenciava também a educação, que era norteadada por princípios cristãos, buscando a pureza da mulher e a higienização da família. A autora destaca que:

Para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo. Deve-se notar que, embora a expressão cristã tenha um caráter mais abrangente, a referência para a sociedade brasileira da época era, sem dúvida, o catolicismo. (TELLES, 2004, p. 374).

Nesta época, a religiosidade estava presente o tempo todo na vida das mulheres, pois era um dos princípios do período, sendo a religião, a norteadora da família e do casamento. Percebe-se, nas páginas do periódico, a religiosidade da autora e a intenção também de mencionar Deus nos assuntos que falam sobre a sabedoria e educação, pois, na época, a educação possuía uma formação cristã, sendo comum na maioria das edições discursos que remetem à religiosidade.

Tendo em vista a formação das mulheres para o magistério, com o viés religioso que estava associado a educação da época, o autor Riolando Azzi (1987), discute acerca de como a educação alterou nas mulheres as suas perspectivas e maneiras de se ver diante da sociedade, contribuindo para uma mudança significativa no comportamento da mulher brasileira. O autor afirma que:

Em primeiro lugar, o exemplo dado pelas próprias religiosas como professoras vinha a indicar um espaço que se abria para a presença da mulher na vida social: o magistério. Em segundo lugar, a elevação do nível cultural nas mulheres contribuiu para despertar nelas o espírito crítico, abrindo-lhes assim uma perspectiva maior do mundo, rompendo progressivamente o enclausuramento típico da sociedade rural tradicional. (AZZI, 1987, p. 104).

Assim, percebemos que a partir da educação e acesso à cultura, a mulher passou a questionar e superar o regime tradicional de dependência absoluta do marido. Permitindo-lhe vivenciar maior autonomia não somente no lar, mas também, na sua esfera de participação social, especialmente nos fins do século XIX e início do século XX (AZZI, 1987).

A partir de sua terceira publicação, o periódico reforça ainda mais seu objetivo, enfatizando que “O ponto objetivo do novo periódico é, como mais uma vez tem dito, a educação e a instrução da mulher; estas duas expressões symbolisãm a synthese de seus esforços.” (O SEXO FEMININO, 1873, p. 01).

Francisca Diniz, costumava mencionar no noticiário do periódico, a nomeação de professoras ao magistério, no qual percebemos como uma forma de incentivo a outras mulheres ao apresentar a conquista de uma mulher na educação, servindo como exemplo para outras mais buscarem sua autonomia. O semanário além de incentivar a educação, continuava a incentivar o próprio magistério feminino, trazendo sempre à tona a importância do progresso da educação feminina e a capacidade da mulher para o ensino de meninas e meninos.

Para tanto, a redatora, evidenciava a necessidade de conhecimento profundo sobre o que estava sendo ensinado, afirmando que:

Só poderá transmitir o ensino conveniente e vantajosamente a professora que tiver uma intelligencia cultivada, um espirito illustrado, uma experiencia amadurecida, e uma idéia clara de pedagogia. Não basta saber uma matéria para que bem possa ensinal-a; é preciso ver se possui o dom de transmittir. (A MULHER NO MAGISTÉRIO, 1873, p. 02).

Na década de 1870, o número de mulheres no magistério crescia cada vez mais. Na época, acreditava-se que, como as mulheres estavam envolvidas com a maternidade e eram responsáveis pela primeira educação de seus filhos, elas eram as mais aptas para lecionar nas

escolas. A ideia era que a instrução começava em casa, com a mãe, e que o cuidado e a delicadeza da mulher que ensinava seus filhos seriam direcionados ao ensino, tornando-as mais dedicadas e atenciosas para a função de professora.

Guacira Lopes Louro (2004), menciona que na época afirmava-se que as mulheres tinham por natureza o trato com as crianças, sendo naturais educadoras, já que o ensino era visto como uma espécie de “extensão da maternidade”. Esses discursos faziam com que o magistério, especialmente no tocante ao que chamava por “ensino das primeiras letras”, fosse visto com características femininas, ocasionando a diminuição dos homens nesse setor, que se direcionaram à níveis mais altos de ensino ou mesmo à outras áreas sociais, como o setor industrial que se expandia na época.

Na sexta publicação de *O Sexo Feminino*, em 11 de outubro de 1873, menciona que a instrução dada pelos pais não supre a educação formal, por isso, os pais precisam deixar seus filhos irem à escola para receberem uma educação formal de seus mestres, os professores. A autora menciona ainda, sobre a questão de as mães atuarem como educadoras, afirmando que as mesmas são coadjuvadoras das professoras, até que se troquem os papéis vindo as professoras se tornarem coadjuvadoras da educação materna (EDUCAÇÃO MORAL, 1873, p. 01).

O periódico, defende assim, a instrução dada pelas mães de família e incentiva as mesmas a aprenderem a ler e a escrever, para que possam melhor preparar seus filhos, sendo esta, a educação moral que de acordo com o semanário, significaria “o conhecimento de bons costumes de todos os povos civilizados” (EDUCAÇÃO MORAL, 1873, p. 01), mas para isso a mãe precisaria de instrução, instrução esta, que deveria ser aperfeiçoada para assim compreender seus deveres com Deus, consigo mesma e com o próximo.

O magistério tornava-se, progressivamente, um trabalho em que havia mais professoras do que professores. Louro (2004), nos afirma que mesmo sendo o objetivo das Escolas Normais formarem homens e mulheres como professores, o número de mulheres formadas para o magistério crescia gradualmente, tornando o magistério uma profissão considerada feminina. De acordo com Louro, em algumas regiões, os homens estavam abandonando as salas de aula, ocasionando a “feminização do magistério”; este fator, de abandono das salas de aulas, estava ligado ao processo de urbanização e industrialização, que gerou mais empregos para os homens.

Uma das colaboradoras do periódico, Narcisa Amália, expõe suas ideias acerca da emancipação da mulher, afirmando que a libertação partiria da instrução, moralidade e trabalho, sendo Campanha uma das primeiras cidades que fecundou a emancipação política, discorrendo que da mesma deveria partir o brado da emancipação da mulher (AMÁLIA,

1873, p. 02-03). Narcisa Amália, foi mencionada no noticiário, nesta mesma edição do periódico, em que é anunciada como nova colaboradora do jornal *O Sexo Feminino* e descrita como poetisa e literata, com talento acima de qualquer elogio, sendo ela ainda uma das primeiras jornalistas brasileira do século XIX (NOTICIÁRIO, 1873, p. 04). Narcisa Amália, teve ainda seu próprio livro, *Nebulosas*, publicado em dezembro de 1872, tendo que enfrentar diversas críticas por ser uma mulher escritora.

Em um de seus artigos publicados no periódico *O Sexo Feminino*, Narcisa Amália discorre sobre o ensino e instrução:

Influa o seu espírito sequioso com os princípios secundantes da sciencia, e de cada labio voará um poema de verdades. Torne-a uma mãe que possa ensinar filosoficamente o bem a seus filhos, e será resolvido o problema da libertação dos povos, libertação baseada na instrução, na moralidade e no trabalho. (AMÁLIA, 1873, p. 03).

Amália, foi uma das primeiras mulheres a trabalhar com o jornalismo profissional e, até hoje, é homenageada pela sua trajetória como escritora, jornalista, abolicionista e feminista, que lutou pelo direito do povo e pela emancipação das mulheres, por meio de sua escrita. A mesma, teve ainda menções em jornais e revistas do Rio de Janeiro, além de publicar artigos em diversos jornais do Brasil, como *A República*, *Correio do Povo*, *O Fluminense*, *Gazeta de Campos*, etc. (FAEDRICH, 2017, p. 09).

A autora Anna Faedrich (2017), em sua apresentação ao livro *Nebulosas*, de Narcisa Amália, nos traz que a obra da mesma nos possibilita refletir sobre as condições das mulheres escritoras daquela época, entre 1870 e 1930. Faedrich nos mostra, além de várias informações sobre a vida e obra de Amália, pensamentos que nos remetem a reflexões sobre as condições desfavoráveis à atividade intelectual da mulher naquela época; pois, o preconceito de gênero impedia a mulher escritora de receber o mesmo tratamento que era dado a um homem escritor, como por exemplo, no tocante às condições de produção e de publicação (FAEDRICH, 2017, p. 11).

Nesse ínterim, devemos reconhecer o lugar de fala dessas mulheres e vermos o quanto estas contribuíram para a nossa história e cultura. Para tanto, Faedrich ressalta que:

Dessa forma, acredito que uma política crucial para ampliar a igualdade de gênero seja reconhecer o papel da mulher em diversos campos da produção cultural - literatura, música, artes plásticas, imprensa periódica, etc. Quanto mais retrocede no tempo e se busca informações sobre a atuação das mulheres em outros periódicos da história do país, constata-se o quanto foram eclipsadas na história político-cultural brasileira. Na época, a atuação de mulheres nos campos da produção cultural foi relevante e expressiva, embora preterida pelo cânone. (FAEDRICH, 2017, p. 11).

Percebemos que o periódico começava, cada vez mais, a receber mais mulheres como colaboradoras, se configurando como um espaço mais amplo de expressão feminina, em que muitas mulheres, deixavam suas opiniões acerca de suas vivências e a própria realidade da época. Algumas mulheres passaram a usar pseudônimos para exprimir seus sentimentos no periódico e seus manuscritos, sejam eles poemas ou poesias, que antes eram escritos apenas em seus diários, ou entre cadernos de receitas, passam a ser publicados em jornais, dando visibilidade e espaço para novas escritoras.

Logo abaixo, rememoramos uma poesia encontrada na sexta edição do periódico *O Sexo Feminino*, entretanto, não foram encontradas informações sobre a autora além de seu nome, D. Laura Eulina G., que foi uma das mulheres que tiveram a oportunidade de ter suas poesias publicadas no periódico, que abria espaço para as mulheres através da escrita.

Teus encantos.

As manhãs festivaes da primavera,
A briza perfumosa a divagar,
Ah! não têm a ternura magnética
D'um teu olhar!

A rosa no vergel entreabrindo,
Louro archanjo a brincar no paraíso,
Ah! não têm encanto feiticeiro
D'um teu sorriso.

A aurora que desponta donairosa,
A lua que nos céos fulge brilhante,
Ah! não tem a belleza seductora
Do teu semblante!

A harpa sonora, além ouvida,
O festivo trinar dos rouxinóes,
Ah! não têm a celeste melodia
Da tua voz! (EULINA G., 1873, p. 04).

Ao analisar como a mulher se expressava no periódico, percebemos que devemos manter uma visão baseada em indícios referentes à realidade da mulher no século XIX, analisando a forma de escrita das redatoras e a intenção das autoras, a partir de suas próprias escritas. Nesse sentido, Carlo Ginzburg (1989), afirma que:

Cada sociedade observa a necessidade de distinguir seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e lugares. Existe, antes de mais nada, o nome; mas, quanto mais a sociedade é complexa, tanto mais o nome parece insuficiente para circunscrever inequivocamente a identidade de um indivíduo. (GINZBURG, 1889, p. 171-172).

Podemos assim, compreender, que as mulheres que escreviam em *O Sexo Feminino* procuravam se distinguir, buscando suas próprias identidades, sem os estereótipos que estavam enraizados no que a mulher deveria ser diante da sociedade. A visão da época, em relação ao sexo feminino, era baseada em preceitos de uma sociedade patriarcal e machista, em que a mulher era vista sem identidades próprias, com um modelo no qual todas deveriam seguir, que seria o da mulher que tem sua vida voltada sempre para a família, para o lar e para o marido, tirando sua autonomia para buscar sua própria identidade a partir do momento a que lhes é atribuído um padrão a ser seguido.

Na edição nº 19 de *O Sexo Feminino*, lançada no dia 20 de janeiro de 1874, o periódico inicia-se com uma discussão acerca da *Instrução do povo*, que é como se intitula a sua primeira coluna, esta, assinada por uma das colaboradas do jornal, que se denomina “Da Aurora”. Não sabemos se este seria realmente o nome dela, ou, se ela usava um pseudônimo, que pode ser uma referência ao próprio amanhecer. A matéria fala sobre a instrução ainda ser insuficiente na cidade de Campanha-MG, por ser uma cidade de economia rural, afirmando que seu povo necessita de mais instrução, para o progresso da lavoura e para o progresso da indústria local.

Ao retratar a situação vigente na sua cidade, a autora relata ainda sua opinião sobre o sujeito sem instrução e afirma que:

Um individuo sem instrução nunca será um bom cidadão, porque ignorando as regras da civilidade, desconhecendo os deveres, que impõe o ensino util, moral e agradável, involuntariamente vai elle buscando o caminho do vício, que depois o leva a perversão. (DA AURORA, 1874, p. 01).

O ponto de vista da autora, nos remete a percepção de que o pensamento das colaboradoras do periódico, assim como o da própria Francisca Diniz, tinha realmente o intuito de repassar aos leitores do jornal a importância dos estudos e de ser uma pessoa instruída, pois só assim estes seriam bons cidadãos. Percebe-se que o periódico busca tocar o leitor, assim como também o governo, para que a educação chegue a todos no interior, levando o ensino formal ao campo, para que todos pudessem ter acesso à educação.

O periódico *O Sexo Feminino*, pode ser considerado um importante meio de incentivar as mulheres ao estudo, com palavras que fazem as pessoas refletirem sobre a importância da educação, pois, segundo o mesmo, sem a instrução o sujeito se tornaria propício aos vícios, o que, por conseguinte, de acordo com a autora nomeada como Da Aurora, “O indivíduo sem educação e sem leitura jamais beneficiaria o seu país.” (DA AURORA, 1874, p. 02).

Ao analisar o periódico, vemos indícios de que o jornal busca transparecer aos seus leitores a importância da instrução, remetendo aos males que o sujeito não instruído poderia trazer para si e para a sociedade. O mesmo, buscaria ainda mostrar que o melhor caminho para todos é a educação, tanto para homens, quanto para mulheres.

Ao decorrer da análise do periódico em questão, percebemos ainda que ele não tem o intuito de informar tragédias e acontecimentos diversos que ocorriam na cidade, mas sim, trazer informações pertinentes para a vida da mulher, como forma de aconselhá-la a seguir o melhor caminho, que seria o da educação, da luta pela autonomia e por sua emancipação, sendo a escrita periódica, uma das formas de resistência e "reexistência" para essas mulheres.

Para tanto, o periódico em questão não nos traz imagens, apenas artigos que são divididos em duas colunas, compondo ao todo quatro páginas, seguindo o mesmo modelo até seu último ano. Seus artigos de noticiários, geralmente, trazem aberturas de escolas, aprovações de professoras para o magistério, apresentação de novos periódicos e formações de mulheres na área do magistério.

Nosso próximo capítulo, tem o intuito de trazer mais informações sobre a defesa da emancipação da mulher no semanário *O Sexo Feminino*, abordando ainda sobre o casamento e a religiosidade presente nas famílias no fim do século XIX, sendo comum um ideal conservador da mulher, principalmente, nas famílias mais abastadas.

3. O SEXO FEMININO: EM LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES

O periódico *O Sexo Feminino* (1873-1889), aborda diversas questões relacionadas a vida da mulher oitocentista, dentre estas estão, além da educação da mulher do século XIX, temas como a emancipação feminina, família, religiosidade e casamento. Nessa época, a mulher era vista por muitos homens como inferior ao gênero masculino e, desde seu nascimento, ela estaria predestinada ao casamento e a família, por isso, deveria manter-se distante da vida mundana.

No contexto do periódico, a vida mundana era referência à vida social e cultural das mulheres na sociedade oitocentista brasileira. Essa era uma época em que as mulheres eram vistas como responsáveis pela manutenção do lar e do casamento e, portanto, muitas vezes excluídas de outras esferas da vida pública, como no tocante às questões políticas e até mesmo culturais. Assim, a vida mundana era um tema recorrente e, muitas vezes, era abordada como um espaço de possibilidade para as mulheres, em que elas poderiam exercer sua influência e ter voz ativa na sociedade, mesmo em meio às limitações da época.

Com o passar dos anos, especialmente a partir da metade do século XIX, algumas mulheres brasileiras começaram a questionar os padrões estabelecidos ao seu gênero e se perguntarem o porquê de serem consideradas inferiores ao homem, buscando assim, formas de lutar pela sua emancipação. O periódico *O Sexo Feminino*, lançado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz em 1873, é um exemplo de uma forma de expressão feminina e luta pelo direito das mulheres.

A autora Mary Del Priore, em *Sobrevivente e guerreiras* (2020), nos faz refletir sobre o quão nova é a palavra “igualdade”, pois, por muito tempo, acreditava-se que era natural a desigualdade existente entre homens e mulheres. Del Priore (2020) nos traz que:

Enquanto nossa sociedade tenta promover a igualdade entre homens e mulheres, graças à evolução do direito e ao surgimento de medidas antidiscriminatórias, as desigualdades na esfera pública e privada se mantêm. A “igualdade desigual”, esse hiato entre discurso e prática social e cultural, acaba por alimentar as tensões em que estamos mergulhadas. No entanto, compreender as raízes do problema é fundamental para resolvê-lo. E, nesse processo, é essencial recuperar, pela história, a voz e as marcas de testemunhas que nos permitam ouvir e enxergar o passado no presente. (DEL PRIORE, 2020, p. 09).

Filósofos como Platão e Aristóteles acreditavam na inferioridade do sexo feminino, e desde meados do século XII e XVIII a igreja identificava a mulher como um mal na terra, sendo considerada a origem dos males desde a primeira mulher do mundo, Eva, que teria sido

culpada por dar início ao pecado, pois ela havia comido o fruto proibido por Deus ao ser tentada pela serpente e logo após o ato de desobediência, teria ainda aconselhado Adão a comer do fruto, fazendo com que ambos desobedecem as ordens de Deus, ocasionando a expulsão dos mesmo do paraíso como castigo pelos seus pecados (DEL PRIORE, 2020, p. 25) Del Priore em suas observações sobre a Idade Moderna afirmar ter observado que;

[...] a religião projetava sobre a sexualidade feminina uma luz, revelando que era lugar de conflito, começado nas origens do mundo, entre as forças do maligno e a potência de Deus. [...] Culpada pelo despojamento de tudo de bom quando da expulsão do paraíso, só lhe restava dedicar-se a pagar seus pecados pela contemplação de Deus, pela continência e pela domesticação de seu desejo. (DEL PRIORE, 2020, p. 25-26).

Podemos perceber, a partir das concepções da autora, que a igreja foi uma das responsáveis por instigar a inferioridade da mulher, a culpando de ter introduzido o mal e o pecado na terra. Entre os fins do século XIX e início do século do XX, as pessoas começavam a perceber que a mulher era muito mais do que só dona de casa e mãe de família e que não era culpada por todo o mal do mundo, mas tudo isso levou um tempo para acontecer, por isso a importância de pararmos para analisar as lutas que levaram as mulheres a conquistar vários direitos na sociedade, que atualmente podem passar despercebidos ou naturais.

O periódico *O Sexo Feminino*, revela um pouco desse caminho percorrido pela mulher desde as últimas décadas do século XIX. O mesmo busca principalmente ressaltar a importância da luta diária das mulheres pela sua liberdade, seja dentro ou fora de casa. Muitos artigos de tal jornal, serviram como forma de mostrar que a mulher poderia alcançar outros lugares na sociedade, além do seu lugar no lar. A luta das mulheres, por meio da imprensa feminina, foi uma das formas da mulher ganhar voz naquela época e, até hoje, as mulheres lutam por igualdade, liberdade e justiça.

O periódico em questão busca mostrar ainda o quanto a mulher é capaz de ser letrada, culta e, ao mesmo tempo, cuidar de sua família, que a mulher pode sim trabalhar fora de casa e estudar, assim como muitas mulheres de classe baixa já trabalhavam na época, para ajudarem no sustento da família. Ao lermos esse periódico, podemos perceber a influência que este poderia trazer para a mulher daquela época, a incentivando a estudar, a ter uma boa relação com Deus, a lutar pelos seus direitos e não apenas servir a sua casa e ao marido.

3.1 A emancipação da mulher no periódico *O Sexo feminino* e sua transferência para o Rio de Janeiro

Desde seu primeiro ano, o periódico já abordava acerca da emancipação feminina e, a partir do ano de 1875, o mesmo começa a tratar ainda mais sobre o tema em suas edições, principalmente em 1889. Ao versar sobre emancipação feminina, percebemos que a redatora defende a apropriação de novos espaços para as mulheres, principalmente, na questão da escolarização que seria a pauta mais recorrente defendida pelo periódico, além da liberdade social da mulher, a luta pelos seus direitos e a busca pela sua autonomia.

Na edição número 16 de *O Sexo Feminino*, o exemplar inicia-se tratando sobre a emancipação do sexo feminino, abordando inicialmente, que a situação atual da mulher naquela época (1873), seria fruto de consequências dos erros dos homens desde longos tempos. A redatora esclarece seu pensamento, afirmando que a antiguidade não deveria ter direito a veneração, pois, as famílias antigas das sociedades humanas consideravam a mulher um instrumento de prazer e servidão (EMANCIPAÇÃO, 1873, p. 01).

Em continuação desta matéria, o semanário, discute sobre a sociedade antiga Romana, abordando a crueldade dos maridos com as esposas, que viviam para servi-los e na qual estes ainda podiam, legalmente, matá-las e até tirar a vida de seus próprios filhos. Ao final desta matéria, Francisca Senhorinha Diniz, pede para que os leitores meditem sobre a grande desigualdade da condição civil e política entre os dois sexos no Brasil naquela época que o jornal foi escrito, afirmando para seus leitores que a influência de mães e esposas poderia convencer os cidadãos da urgente necessidade de mudanças na legislação que fossem a favor do sexo feminino (EMANCIPAÇÃO, 1873, p. 01-02).

Ao tratar sobre o direito das mulheres a redatora relata que;

O direito das mulheres parece estar ligado intimamente à fortuna do progresso e da democracia, e os democratas, que desmentem este asserto, rejeitando nossas idéias, não escapam de incoherencia, pois que deste modo detestam suas próprias doutrinas. A obra da libertação da metade da humanidade chamada sexo fragil, está, como as idéias democratas, em sua terceira tentativa. As coisas importantes não alcançam bom exito logo da primeira vez. É preciso passarem por uma longa serie de experiencias e até provanças ás vezes bem amargas. A sã democracia no mundo inteiro parece firmar suas bases e com ella a libertação da mulher adquirida pela triplice educação. (A MULHER, 1875, p. 01).

Duarte (2019), afirma que o feminismo deveria ser compreendido em um sentido mais amplo, valorizando toda a luta das mulheres desde os momentos iniciais, ou seja, todo gesto ou ação de mulheres contra a opressão e descriminalização da mulher e a luta pela ampliação

de seus direitos civis e políticos. As primeiras feministas brasileiras, que lutaram pelos direitos do sexo feminino desde as primeiras décadas do século XIX, devem ser reconhecidas e lembradas pelas suas ações que foram fundamentais para a causa.

A redatora de *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, apesar de não se denominar feminista em seu periódico, é considerada como uma das primeiras feministas brasileiras que lutaram, por meio da imprensa, pelos seus direitos, expressando em artigos de opinião o seu desejo de emancipação da mulher, em um espaço midiático que antes a mulher era excluída. Nos anos de publicação do periódico, Duarte, em *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil* (2016), destaca as seguintes colaboradoras do periódico:

[...] Ernestina Fagundes Varella, Cândida A. dos Santos, Laura Eulina G., Luiza E. Pereira, Maria Leonilda Carneiro de Mendonça, I. de B. Leite, Ignez Flacia d'Aguiar Mourão, Marcolina Higgs, Maria Deraisme, Maria Cândida M. de Vasconcelos, Maria Joaquina de mesquita e Rocha, Leopoldina de J. Paes Mamede, Anna Maria Ribeiro de Sá, Marianna C. de Arantes, Maria Peregrina de Souza, Palmyra de Abreu, Eulália Diniz e Josefa Esteves de G. Del Canto. (DUARTE, 2016, p. 265-266).

Além de Francisca Senhorinha Diniz, a partir da metade do século XIX, outras mulheres fundaram jornais femininos que lutavam pela emancipação de seus pares, defendendo, dentre outras questões, o sufrágio feminino e o direito ao voto. Duarte (2019), menciona *O Sexo Feminino* e jornais de outras redadoras, que foram direcionados às mulheres, sendo cruciais para o movimento brasileiro na luta pela igualdade entre homens e mulheres, em âmbitos sociais e políticos, como na batalha pelo direito ao voto.

Outras personagens procuraram escapar aos preconceitos que marcaram o destino das mulheres brasileiras ainda no século XIX: Violante Bivar e Velasco funda em 1852 o primeiro jornal redigido por mulheres: *Jornal das Senhoras*. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, 21 anos depois, em 1873, funda outro jornal inteiramente editado por mulheres, *O Sexo Feminino*, abolicionista, republicano e sufragista. Josefina Álvares de Azevedo funda, em 1878, a revista *A Família*, e escreve e encena a peça *O voto feminino*. Passa da escrita do ativismo e se une ao debate sobre o direito de voto junto à Assembleia Constituinte em 1891: “Queremos o direito de intervir nas eleições e eleger e ser eleitas como os homens, em igualdade de condições. (DUARTE, 2019, p. 59).

Nossa fonte, o periódico *O Sexo Feminino*, em seu primeiro ano, já apresentava o debate sobre a emancipação feminina, principalmente, na questão da educação das mulheres, buscando mais liberdade para poderem estudar, sem a necessidade da permissão da figura do pai ou marido. Para este propósito, a redatora publica uma matéria que convidava as mulheres a darem seu o grito de independência e emancipação, mencionando o magistério como uma profissão em que a mulher pode levar a educação para ambos os sexos, com todas as

qualidades que a mulher possui, inclusive a ternura maternal, considerada de total funcionalidade para a educação e uma das formas representativas do gênero feminino, a mãe amorosa e cuidadosa. Neste artigo, a autora anuncia que:

É tempo de darmos o grito de nossa independência, de nossa emancipação do jugo ferrenho em que temos até agora vivido, proclamando alto e bem alto a nossa capacidade para certos empregos públicos, e muito principalmente para o magistério onde daremos á mocidade de ambos os sexos educação e instrução: e quando sentadas em nossas cadeiras, mostraremos ao governo, ao povo e a sociedade que ensinaremos a juventude se não com mais proficiência que os preceptores, ao menos com mais constância, paciência, resignação, bondade e ternura maternal, sentimento este que Deos não confiou ao sexo masculino. (INSTRUÇÃO, 1873, p. 02).

Percebemos, nesse sentido, o quanto o periódico defendia a instrução e educação da mulher brasileira, que foi um dos principais temas de seus artigos durante todo o período de circulação do jornal. A partir de 1889, as principais colunas do jornal são as chamadas *A racional emancipação da mulher* e *O casamento*, deste último falaremos um pouco mais adiante, sendo que ambos já vinham aparecendo desde 1875, mas não de forma fixa. O principal discurso trazido pelo jornal, no ano de 1889, foi sobre emancipação e igualdade entre ambos os gêneros, inclusive nos artigos sobre casamento.

No ano de 1889, o jornal retorna com mais força, sendo que desde sua primeira edição daquele ano, reforçava-se a ideia de emancipação com seu primeiro artigo “A racional emancipação da mulher”, um ano após a abolição da escravatura no Brasil, que ocorreu em 13 de maio de 1888.

A redatora Francisca Senhorinha Diniz, busca mostrar o intuito do periódico de defender a liberdade e igualdade de todos os povos, mencionando a luta dos povos que ainda padeciam diante da escravidão, pois, como sabemos, a libertação dos escravos aconteceu de forma gradual no Brasil, devido a resistência de alguns proprietários, deixando marcas na sociedade mesmo após a abolição da escravidão (*A RACIONAL EMANCIPAÇÃO*, 1889, p. 01).

Podemos perceber, em alguns trechos do periódico, a influência de pensamentos iluministas sobre os ideais de Francisca Senhorinha Diniz, pois, ela defendia a liberdade de todos, inclusive a de expressão, a construção de mais escolas e os avanços de seu país. A redatora nos traz ainda, nessa mesma edição mencionada acima, que o século XIX era o século das luzes e da civilização e a mulher deveria fazer parte desse combate, convidando as mulheres a unirem forças com as suas “luzes intelectuais”, para assim, conseguirem banir

ideias errôneas e preconceituosas que cercavam as mulheres e atrapalhavam o progresso da humanidade (A RACIONAL EMANCIPAÇÃO, 1889, p. 01).

Na edição número 7 do ano de 1889, o periódico nos apresenta a descrença de alguns nas ideias trazidas por este, em relação a emancipação da mulher, visto que, algumas pessoas não acreditavam nas propostas do periódico e viam com descrença suas ideias. Frente a isso, a redatora pede que seus leitores não interpretem errado o sentido das palavras “emancipação da mulher”. Para defender o periódico, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que era muito religiosa, menciona Deus em suas palavras, dizendo que se a mulher é passiva e depende só das vontades do homem, então isso a tornaria incompleta, ofendendo a dignidade de um ser que foi criado por Deus (A RACIONAL EMANCIPAÇÃO, 1889, p. 01).

Desde seu primeiro ano, as redadoras mencionam a coragem de Francisca Senhorinha Diniz, ao lançar um periódico com escrita exclusiva feminina, sendo a sociedade tão preconceituosa e opressora para com as mulheres naquela época, o artigo presente na coluna de *Noticiário*, nos diz as seguintes palavras em elogio a redatora da folha;

O entusiasmo com que a Exma. Sra.^a Francisca Senhorinha da Motta Diniz atira-se à arena, a firmeza e coragem com que primeira no Brasil se apresenta para apoiar a imprensa uma tão grande luta, honram a em extremo; e a sua linguagem de sobra demonstram que as faculdades intellectuaes da mulher em nada são inferiores às do homem. (NOTICIÁRIO, 1873, p. 03).

Percebemos que para Francisca Diniz e as colaboradoras, que escrevem artigos no periódico *O Sexo Feminino*, entendem que a educação intelectual seria um dos principais motivos que levariam as mulheres ao progresso. Por tal motivo, vemos que em todas as edições, há menções a educação e a instrução como forma das mulheres terem mais autonomia e liberdade, principalmente, por meio da escrita.

A escrita e a leitura, nesse sentido, foram de muita importância para a luta pela igualdade e emancipação da mulher, a imprensa foi um grande aporte para ajudar as mulheres a combater a desigualdade de gênero, gerando conhecimento para que lutassem pelos seus direitos. É importante valorizarmos o papel das mulheres no progresso de nossa sociedade, pois elas são um grande exemplo de luta pelos direitos dos cidadãos de nosso país, ao passo que, além de lutarem pela liberdade da mulher, muitas foram ainda abolicionistas. De acordo com Karen Menegatt (2020), as mulheres de elite econômica se tornaram grandes leitoras da época e utilizaram a escrita como forma de luta, passando a se enxergarem como protagonistas de sua escrita e de suas próprias histórias (MENEGATT, 2020, p. 61).

Na edição número 45, em 7 de setembro de 1874, o periódico *O Sexo Feminino* completa o seu primeiro ano. Na primeira matéria desta edição, denominada “Aniversário do periódico”, a redatora Francisca Senhorinha Motta Diniz menciona a feliz coincidência com o aniversário da independência do Brasil. Com entusiasmo ela envia seu reconhecimento aos assinantes do periódico e aos seus colegas redatores, que lhe ajudaram na divulgação do seu periódico. A redatora afirma ainda que:

Parece incrível que um humilde periodico de desprezível formato seja lido na velha capital da Hespanha na Europa e na soberba Nova-York dos Estados-Unidos, o assombro da moderna civilização, e o modelo invejado do aperfeiçoamento de progresso moral, intellectual e material. Desde o Amazonas até os confins do Rio Grande do Sul é esta folha reconhecida, e ainda agora choviam os pedidos de numeros editados e novas assignaturas. (ANIVERSÁRIO, 1874, p. 01).

A redatora após fazer todos os agradecimentos, anuncia ao público leitor que o periódico “O Sexo Feminino entrará em seu 2º ano, sendo publicado na côrte, recomeçando a numeração de 1 em diante. Opportunamente se dirigirá a redatora a seus colegas, scientificando-os do dia em que sahirá ali esta folha.” (DÍVIDA DE RECONHECIMENTO, 1874, p. 04).

Após a mudança para o Rio de Janeiro, capital do Império do Brasil naquela época (século XIX), como esperado por Francisca Senhorinha Diniz, o periódico aumenta sua rotatividade e, segundo Duarte (2016), o número de impressos chegam a 4000 com a mudança para o Rio de Janeiro. O periódico retorna no dia 22 de julho de 1875 já no Rio de Janeiro, em que começa o ano II do periódico, este que já iniciava-se com a matéria denominada “A racional emancipação da mulher” que mais na frente como já foi dito se tornaria uma coluna fixa do periódico.

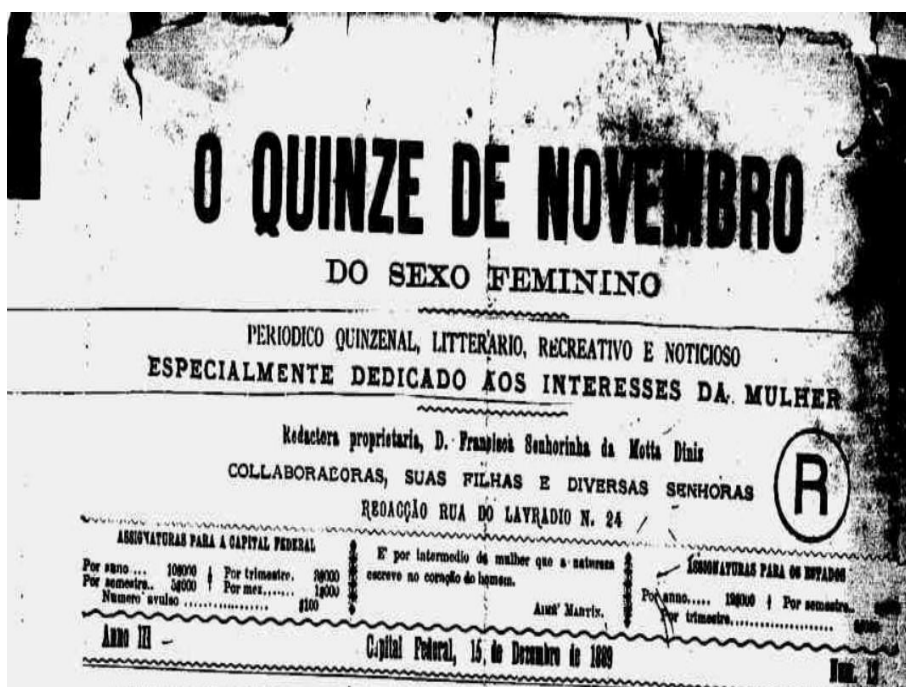
Neste primeiro artigo, a autora reflete sobre as condições da mulher, discutindo sobre os motivos da emancipação do gênero feminino e evidenciando ainda que a ideia principal seria a de abrir carreiras para as mulheres, para que lhes abrissem portas para o ensino superior, ansiando por reformas que trariam mudanças, prosperidade e justiça para as mesmas, que por tanto tempo foram oprimidas. (A RACIONAL EMANCIPAÇÃO, 1875, p. 01-02).

O segundo ano do periódico encerra-se em 02 de abril de 1876, após Francisca Senhorinha Diniz e sua família contraírem febre amarela no Rio de Janeiro, a redatora publica uma matéria anunciando seu afastamento e diminuição da periodicidade da folha, que sairia apenas mensalmente. Porém, depois desta data o periódico retorna apenas em 2 de junho de 1889, mais de uma década depois, mudando seu subtítulo oficial que antes era:

Semanário dedicado aos interesses da mulher, para Semanário Literário, recreativo e noticioso, especialmente dedicados aos interesses da mulher.

O periódico *O sexo Feminino* encerrou-se em 8 de outubro de 1889, em sua décima publicação daquele ano e retornou com o nome de *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em 15 de dezembro de 1889. A formatação de suas publicações havia mudado para 3 colunas ao invés de duas, contando com a mesma redatora principal, a senhora Francisca Senhorinha da Motta Diniz e colaboradoras diversas.

Figura 2: Cabeçalho de *O quinze de Novembro do Sexo Feminino*.



Fonte: O QUINZE DE NOVEMBRO (1889, p. 01).

Na primeira publicação de *O Quinze de Novembro*, a redatora com entusiasmo dá glória a proclamação da República, mencionando a alegria dos cidadãos de todas as classes, que sem distinção de cor, abraçam as ideias de liberal fraternidade, afirmando ainda que a igualdade da mulher seria alcançada, graças À República. O periódico, mesmo tendo mudado de nome, continuava ainda defendendo a emancipação da mulher, mencionando a emergência da “racional emancipação” e da restauração dos direitos de igualdade (O QUINZE DE NOVEMBRO, 1889, p. 01).

Em *A formação das Almas: O imaginário da República no Brasil*, José Murilo de Carvalho (1990), discute a construção simbólica da república no Brasil e como essa construção se deu a partir de uma idealização de valores como liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, ele também aponta para o fato de que essa idealização não foi

acompanhada de uma efetiva implementação de políticas igualitárias na prática. Carvalho argumenta que, apesar de a república ter sido proclamada em 1889, certa igualdade de gênero e o próprio voto feminino, só foram conquistados muito mais tarde, no século XX.

3.2 Casamento, família e religiosidade no periódico O Sexo Feminino

Analisando um pouco o contexto histórico social da família e do casamento da época, percebemos a valorização dos mesmos, principalmente, da boa imagem transmitida para a sociedade, que passava por um momento de modernização e higienização urbana. Riolando Azzi (1987), nos afirma que os casamentos do século XIX seguiram uma necessidade econômica, em que o objetivo de grande número destes, seriam o de garantir e aumentar o poder da família em termos sociais e econômicos, portanto, os filhos deveriam servir a esse fim.

Azzi nos traz que, só nas últimas três décadas do século XIX veremos mudanças significativas no país, mudanças essas que atingem os campos econômico, social e cultural, começando a alterar progressivamente a ordem familiar e os valores tradicionais. Dentre essas mudanças, temos a fundação e desenvolvimento de centros urbanos em diversas regiões do país, que acabam rompendo com a aristocracia rural. Portanto, para o autor:

Em consequência aumenta tanto o contato das famílias entre si como a influência de outros centros urbanos nacionais e estrangeiros, e as pessoas passam a torna-se mais permeáveis aos novos valores que começam a emergir na sociedade brasileira. A partir de então, a mulher começa pouco a pouco a ter mais vida social. (AZZI, 1987, p. 97).

De acordo com Maria Ângela D’Incao (2004), a partir do fim do século XIX e início do século XX, o Rio de Janeiro começou a se modernizar com a emergência da República, implementando ideias inspiradas nos padrões de diversão e urbanização europeus. Assim, surgiam novas atitudes em relação às pessoas e a cidade, como uma forma de higienização do centro urbano e do ideal de pessoas “civilizadas”. Além disso, D’Incao destaca que a partir do desenvolvimento das cidades e da vida burguesa do século XIX, se tornava mais claro os limites de convívio social, ocorrendo assim um processo de privatização da família, marcado pela valorização da intimidade.

Apesar das mudanças que a sociedade enfrentava na época, antigas questões ainda afetavam a vida das mulheres, que teriam que ter uma boa imagem diante da sociedade, pois a imagem que as mulheres de classe média e alta passavam para a sociedade refletia uma boa

condição e prestígio para sua família. Porém, as mulheres não ocupavam posições importantes na vida política, não tinham seus direitos garantidos por lei e ainda deveriam ser submissas ao marido. Em relação ao casamento, Maria Ângela D’Incao (2004) nos traz que:

O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status (ainda que os romances alentassem, muitas vezes uniões “por amor”). Mulheres casadas ganhavam uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa higienizada”. Os cuidados e supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob influência de amas, negras ou “estranhos”, “moleques” da rua. (D’INCAO, 2004, p. 191).

Mulheres como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, redatora do periódico *O Sexo Feminino*, passam a questionar o quanto o casamento naquela época deixava a mulher presa às ordens do seu marido e assim, começam a discutir, sobre a até então inquestionável, submissão da mulher ao cônjuge. Ao voltar com o periódico em 1889, a redatora começa a questionar ainda mais o porquê de a mulher precisar da ordem do marido para quase tudo que fazia, se estavam no vangloriado “século das luzes”. A mesma, acreditava que mudanças deveriam afetar também a vida das mulheres e no casamento deveria haver cumplicidade, ou, como o periódico *O Sexo Feminino* menciona:

Entretanto, a mulher não pode estar em juízo sem autorização do marido; sendo escriptora, não pode publicar suas obras sem consentimento do marido, etc., etc., etc.!... Perguntamos:- Até onde deverá estender o imperio da proeminencia marital? Enfim, não obstante a superioridade concedida pela lei ao marido sobre a pessoa da mulher, reconhece o nosso codigo civil certos deveres e obrigações perante os quaes é sancionada uma verdadeira igualdade entre ambos os conjuges.

Essas obrigações são:

- 1.º - os conjuges são obrigados a guardar mutuamente fidelidade conjugal;
- 2.º - a viver conjuntos;
- 3.º - a socorrer-se e ajudar-se mutuamente. (O CASAMENTO, 1889, p. 03).

Podemos perceber que a redatora buscava, por meio de suas publicações, lutar pela emancipação da mulher, para que tivessem livre arbítrio, para fazer suas próprias escolhas, ao invés de depender da permissão do marido para tudo que fossem fazer. Porém, Francisca Diniz, ainda assim, apoiava à religiosidade e especialmente o casamento, mas um casamento que fosse justo e houvesse igualdade entre ambos, sendo para ela o matrimônio um elemento sagrado a ser preservado. Porém, que fosse como uma sociedade e não com só a voz do

homem como autoridade, como nos afirma Duarte (2016). Mas, na prática, apenas a mulher era cobrada socialmente e culturalmente sobre fidelidade conjugal.

A partir de 1875, o ano II do periódico *O Sexo Feminino*, Francisca Senhorinha Diniz, adiciona uma coluna intitulada *Casamento*, em quase todos os números publicados neste ano, em que ela fala sobre as partes boas e não tão boas do casamento. Mostrando sempre a sua devoção por Deus e pela religião cristã, lembrando que nesta época ainda não havia sido promulgado o casamento civil e que todos os casamentos ainda eram religiosos, pelo menos até o ano de 1890.

O casamento era tido como uma das principais instituições da Igreja; até hoje a Igreja Católica considera o casamento como um dos sacramentos e valoriza o ato realizado na própria Igreja aos olhos de Deus e discrimina, por conseguinte, o casamento civil, por não conter a benção de Deus neste.

Constância Duarte observa que “à medida que se avança na história contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, família e escola.” (DUARTE, 2016, p. 23). A autora nos afirma ainda que o patriarcado teria legitimado a opressão sob as mulheres, tornando conveniente a valorização da maternidade, buscando tornar as mulheres mães perfeitas, “mães de família”, sendo considerada uma “divina missão” da mulher, exercer o papel de mãe, ao mesmo tempo que esse papel elevava o status da mulher na sociedade, ironicamente lhes afastava do espaço público.

De acordo com Karen Menegatt (2020), a mulher representada como mãe, iria na contramão contra o governo monárquico, em que um homem era detentor do poder, ou seja, a imagem de mulher-mãe, para a autora, “[...] representaria a liberdade e o futuro promissor que a nação alcançaria, contrapondo-se, assim, a realidade vivida no governo monárquico, já que o grande objetivo dos republicanos era atingir o progresso e a liberdade [...]”. (MENEGATT, 2020, p. 70).

Podemos perceber, nesse sentido, que para as colaboradoras do periódico *O Sexo Feminino*, a emancipação da mulher só se tornaria realidade quando os direitos entre homens e mulheres fossem igualitários, não apenas no casamento, mas também, nos cargos ocupados pelas mulheres, na política e na sociedade. Para alcançar a igualdade de direitos, as mulheres deveriam ser educadas e instruídas, por isso, deveriam saber ler para conhecer os seus direitos, e a imprensa feminina ajudou de forma positiva as mulheres, do final do século XIX, a conseguirem lutar aos poucos pela sua liberdade. Em um artigo do periódico, a redatora, aconselha a instrução para as moças que desejam casar, dizendo-lhes;

Sedes independentes do homem por meio de uma educação apurada que deveis vos procurar: cultivai sobretudo vossa inteligência com a maior soma de instrução que puderdes; ornai o vosso espírito com o temor de Deos, expurgai a vossa alma desses vãos temores de embustes supersticiosos; amai o trabalho e si vos casardes, não temereis um futuro triste qual o que acima vem descrito. Minhas patricias: instrução e muita instrução vos aconselho: lêde o grande livro da vida, o livro do povo - lêde os periódicos - cultivai a imprensa, e só assim que podereis vir a conhecer os vossos direitos, as nossas obrigações, e os encargos e mais compromissos de vossos maridos que podem trazer a felicidade ou a ruina de vosso casal. (O CASAMENTO, 1873, p. 02).

De acordo com o trecho acima e com outros que analisamos até aqui, percebemos que a religiosidade cristã permanece uma constante nas palavras das colaboradoras do periódico e da própria Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Na citação acima, a redatora aconselha que as moças leiam a Bíblia, que este era o livro do povo, além de sempre mencionar Deus em todas as edições do periódico, pois, segundo a leitura da autora sobre a Bíblia, Deus queria ver a igualdade entre seus filhos. Podemos pensar ainda na possibilidade, dos discursos associados ao ideal católico, serem uma estratégia para uma melhor aceitação da instrução feminina e reivindicação dos seus direitos.

O catolicismo era a principal religião desta época e a Igreja detinha muito poder sobre o povo, defendendo especialmente o que seria a "família tradicional". Nesse ínterim, o homem permaneceu como patriarca da família por muito tempo, sendo tradicional a mulher ser representada como uma figura materna e detentora das atividades do lar e da família. As redatoras do periódico lutaram de sua forma, por meio da escrita e da leitura periódica, para informar as "mães de família", as senhoras e moças, a importância da igualdade entre os sexos, a essencialidade da instrução e da luta pelos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma com que a mulher era vista, em meados do século XIX, chegava aos leitores do periódico *O Sexo Feminino* de forma que ajudasse na reflexão acerca da então vida da mulher oitocentista. Nesse sentido, enfatiza-se que a mulher poderia ser muito mais do que o patriarcalismo à legaria na época – principalmente referente aos papéis de dona de casa, submissa ao marido, sem poder de decisões sobre sua própria vida –, evidenciando a importância da instrução feminina e de sua emancipação para o progresso da mulher na sociedade. Porém, o jornal não se endereça à desarticulação da família, pelo contrário, o mesmo se baseia em princípios religiosos que estão relacionados à educação da mulher e que valorizam a família e o casamento, mas não os padrões de mulher submissa.

Ao percebermos os discursos presentes no periódico e compararmos com os dias atuais percebemos o quanto as mulheres puderam alcançar com as suas reivindicações e lutas pelos seus direitos, como por exemplo o direito ao acesso às faculdades em 1879 e o direito ao voto conquistado em 1932, dentre outros ao longo dos anos. O surgimento da imprensa feminina a partir da metade do século XIX fez com que muitas mulheres tivessem informações relacionadas aos seus direitos, com reivindicações de mulheres que buscavam um bem em comum, a emancipação feminina.

Por conseguinte, o periódico *O Sexo Feminino*, nos ajuda a refletir sobre a condição da mulher oitocentista e a forma como as mulheres escritoras se auto representavam no semanário, fazendo com que suas “vozes fossem ouvidas por outras mulheres”, com reivindicações que mudariam seus futuros. Tendo em vista que na época em que o jornal foi escrito, essencialmente entre os anos de 1873 e 1889, o movimento feminista ainda se figurava com ares de iniciante no Brasil, sendo o jornal de Francisca Diniz, um grande avanço das mulheres pela busca de seus direitos, por meio de sua escrita.

Tendo em vista que as mulheres dessa época foram invisibilizadas por muito tempo e postas à margem em nossa própria historiografia, nosso estudo aqui apresentado, teve o intuito de mostrar um pouco da luta das mulheres por meio da imprensa feminina do século XIX, em defesa da emancipação da mulher. O periódico *O Sexo Feminino* nos auxilia ainda na compreensão de que a escrita da mulher foi uma forma de resistência aos padrões conservadores/cerceadores da época, sendo um marco não só na imprensa feminina do século XIX, mas como vimos até aqui, na vida de um grande número de mulheres.

REFERÊNCIAS

FONTES

O SEXO FEMININO. Campanha-MG, 1873/1874. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Obras Raras. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sexo-feminino/706868>. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

AS MINHAS PATRICIAS. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 02, 14 set. 1873, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00002.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

A EDUCAÇÃO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 01, 7 set. 1873, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00001.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

O SEXO FEMININO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 03, 20 set. 1873, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00003.pdf. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

A MULHER. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 04, 27 set. 1873, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00004.pdf. Acesso em: 10 de jan. de 2023.

EDUCAÇÃO MORAL, **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 06, 11 out. 1873, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00006.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

AMÁLIA, Narcisa. A nossa instrução. **O Sexo Feminino**, Campanha, ano 01, n. 06, 11 out. 1873, p. 02-03. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00006.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

NOTICIÁRIO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 1, n. 6, 11 out. 1873, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00006.pdf. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

EULINA G., Laura. Teus encantos. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 06, 11 out. 1873, p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00006.pdf. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

DA AURORA. A instrução do povo. **O Sexo Feminino**, Rio de Janeiro, ano 01, n. 19, 20 jan. 1874, p. 01-02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1874_00019.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

EMANCIPAÇÃO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 16, 27 dez. 1873, p. 01-02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00016.pdf. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

A MULHER. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 02, n. 05, 29 ago. 1875, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1875_00005.pdf. Acesso em: 12 de mar. de 2023.

INSTRUÇÃO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 13, 29 nov. 1873, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00013.pdf. Acesso em: 17 de dez. de 2023.

A RACIONAL EMANCIPAÇÃO. **O Sexo Feminino**, Rio de Janeiro, ano 03, n. 01, 02 jun. 1889, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1889_00001.pdf. Acesso em 17 de dez. de 2022.

A RACIONAL EMANCIPAÇÃO. **O Sexo Feminino**, Rio de Janeiro, ano 03, n. 07, 31 jul. 1889, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1889_00007.pdf. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

NOTICIÁRIO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n.05, 04 out. 1873, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00005.pdf. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

ANIVERSÁRIO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 45, 07 set. 1874, p. 01. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1874_00045.pdf. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

DÍVIDA DE RECONHECIMENTO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 45, 07 set. 1874, p. 04. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1874_00045.pdf. Acesso em: 08 de fev. de 2023.

A RACIONAL EMANCIPAÇÃO. **O Sexo Feminino**, Rio de Janeiro, ano 02, n. 01, 22 jul. 1875, p. 01-02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1875_00001.pdf. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

O CASAMENTO. **O Sexo Feminino**, Rio de Janeiro, ano 03, n. 01, 02 jun. 1889, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1889_00001.pdf. Acesso em: 03 de jan. de 2023.

O CASAMENTO. **O Sexo Feminino**, Campanha-MG, ano 01, n. 10, 08 nov. 1873, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706868/per706868_1873_00010.pdf. Acesso em: 17 de dez. de 2022.

BIBLIOGRAFIA

AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea: famílias e valores**. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 85-120.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. 02. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUITONI, Dulcília. **Imprensa feminina**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 05. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e Guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Planeta, 2020.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2004, p. 187-201.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: Século XIX**. Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DUARTE, Constância Lima. Periodismo Feminino e educação das mulheres. In: SILVA, Aguiar Pimentel. **Imprensa, Gênero e poder: Discursos sobre a educação da mulher no Brasil Império**. São Cristóvão-SE; Editora UFS, 2019. p. 05-08.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019, p. 26-51.

FAEDRICH, Anna. **Narcisa Amália, poeta esquecida do século XIX**. Rio de Janeiro: Soletas, 2017, p. 237-253.

FAEDRICH, Anna. Apresentação. In: AMÁLIA, Narcisa. **Nebulosas**. Rio de Janeiro: Gradiva, 2017, p. 07-13.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Vida social no Brasil**: nos meados do século XIX. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1977, p. 73-76.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, Sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Cia das letras, 1989.

KNOX FALCI, Miridan. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 202-231.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 371- 403.

MELO, José Marques de. **História social da imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MENEGATT, Karen. A imprensa feminina e a emancipação da mulher: Uma análise do periódico O Sexo Feminino (Rio de Janeiro - 1889). **Epígrafe**, São Paulo, v. 9, n. 10, p. 56-82, 2020.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em Campanha pela emancipação da mulher (1873/1874)**. Dissertação de mestrado (Programa de pós graduação em educação) – Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2004.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

ROCHA, Olívia Candeia Lima. **Mulheres, escrita e feminismo no Piauí (1875-1950)**. Teresina-PI: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Aguimario Pimentel. **Imprensa, Gênero e poder**: Discursos sobre a educação da mulher no Brasil Império. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019.

SIQUEIRA, Júlia Militão. **A imprensa feminina do século XIX e a representação da mulher no periódico O Sexo Feminino (1873-1889)**. 2019. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de ciências sociais. Jornalismo e Serviço Social. Minas Gerais, 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 04 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMENSARI, Paula da Silva. **Francisca Senhorinha da Motta Diniz**: Imprensa e projetos de emancipação feminina no Brasil (1873-1890). 2021. 57 f. Trabalho de Conclusão de

Curso (Licenciatura em Ciências Sociais. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, 2021.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112-128.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 336-370.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA
BIBLIOTECA “JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
- () Dissertação
- (X) Monografia
- () Artigo

Eu, Yasmim Silva de Oliveira, autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação:

“A defesa da emancipação da mulher nas páginas do periódico “O Sexo Feminino” (1873-1889)”

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI, 28 de julho de 2023.

Yasmim Silva de Oliveira.

Assinatura